

SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de maio de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jasmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosenberg Lula Pinto, Samuel Junior, Soldado Prisco, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (54) Os Deputados Eduardo Salles e Nelson Leal encontram-se licenciados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (Lê) “*Requerimento*
Exm.º Sr. Presidente Da Assembleia Legislativa Do Estado Da Bahia.”

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

O projeto de Lei nº 23.100/2019, de Autoriza do Poder Executivo, que Autoriza o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça da Bahia a realizar permuta de bens imóveis, na forma que indica.

O projeto de Lei nº 23.191/2019, de Autoriza do Poder Executivo, que Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operação descridito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEBA, e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento

Social e Econômico – FUNDESE ou à Agência de Fomento do estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2019”.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu gostaria de poder fazer o cotejamento dessas assinaturas aí colocadas com a presença no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O Sr. Targino Machado: Aderbal Caldas não está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estava aqui, agora. Na sua frente. Se fosse inimigo, V. Ex.^a ...

(O Sr. Presidente continua a chamada dos Srs. Deputados).

O Sr. Targino Machado: Deputado quem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Dal.

O Sr. Targino Machado: Não está presente. Já está viciado o requerimento, Excelência. Não está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, vamos ver o restante das assinaturas, deputado, podem ter assinaturas suficientes para a convocação.

O Sr. Targino Machado: Excelência...

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. Targino Machado: Excelência, o que traz no nascedouro, Excelência, vício, o vício se espraia e contamina todo o requerimento. Isso, inclusive, eu sustentei aqui a semana passada com o deputado Nelson Leal, presidente, e ele deferiu.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a está correto.

Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

V. Ex.^a está correto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olhe bem. Sr. Presidente, eu queria que V. Ex.^a me mostrasse no Regimento onde está escrito...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas, o secretário, deputado Líder Rosemberg, o presidente da Casa, decidiu na semana passada.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, não foi isso não, nós não tratamos dessa questão a semana passada não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O secretário Carlos aqui.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, dessa questão não. Olha bem...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas, Sr. Presidente, eu quero fazer a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, então V. Ex.^a.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Minha questão de ordem é a seguinte. Nós fizemos uma reunião, essa semana, eu, o deputado Nelson Leal e o deputado Targino sobre alguns procedimentos aqui na Casa e eu discuti que havia uma tradicionalidade na Casa, Sr. Presidente, de não pedir verificação de quórum até antes do Grande Expediente. O deputado Targino, corretamente, me disse: “Onde está isso no Regimento?” Não tem no Regimento.

Com relação ao calçamento da sessão, que na realidade é um direito regimental de requerer com 21 assinaturas, onde está no Regimento que os deputados que assinaram o documento têm que estar presentes no exato momento na sessão. O deputado pode até pedir verificação de quórum, mas essa questão no Regimento eu não encontrei em nenhum lugar que diz que os 21 têm que estar presente na sessão, porque se fosse assim não fazia sentido requerimento.

Se os 21 estão aqui, não faz sentido requerimento, eu posso votar a qualquer instante. O requerimento, na realidade, é uma demonstração de que 21 deputados estão querendo calçar essa sessão. O deputado, sem dúvida alguma, pode pedir verificação de quórum etc. e tal, e não tem nenhum problema, no início da sessão, porque no Regimento está. Agora, eu não posso aceitar, presidente, que fora do Regimento se diga que não tem validade a assinatura de 21 deputados, aqui, para convocar uma sessão extraordinária uma vez que o Regimento prevê isso.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, entendo perfeitamente o esforço do nobre deputado, Líder do Governo Rosemberg, mas discordo, porque ele quer se utilizar do vício em um documento que eu prefiro não apontar dessa forma, nobre líder, porque aí eu teria que dizer que isso tem tipificação penal. Isso é fraude e tenho certeza que não foi V. Ex.^a que patrocinou isso e V. Ex.^a não há de concordar com a fraude... Sr. Presidente, V. Ex.^a não há de concordar com a fraude e esse documento está viciado.

Concordo com V. Ex.^a quando coloca que o nosso Regimento é a nossa bússola, é um manual de instruções, mas aí nós estamos ultrapassando os limites todos. O Regimento da nossa Casa não é código de processo penal nem código penal, até porque a presunção nesta Casa é presunção de inocência. Eu pessoalmente, deputado Rosemberg, não vejo nenhum problema em votar esses projetos. V. Ex.^a sabe disso, não vejo nenhum problema. Agora, não posso, não posso, não posso e não posso e peço respeito a Casa, e peço respeito as oposições, não posso concordar...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Targino.

(...) que o vício grave neste requerimento possa produzir, esse requerimento produzir efeito nesta Casa. Por isso, que eu peço vênica ao deputado, ilustre deputado Rosemberg, e tranquilizo V. Ex.^a tudo que é acertado, mesmo sem testemunha, sem assinatura a de ser por mim honrado. Não tenho problema de votar...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Defiro a questão de ordem de V. Ex.^a deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Não agradeço a V. Ex.^a, porque aprendi que não se deve pedir por favor...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: (...) o que é obrigação, não se deve agradecer o que é direito.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a tem razão será atendido. Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, olha bem, eu vou aceitar, lógico, eu vou aceitar porque é regimental que o presidente defira ou indefira a questão de ordem, é regimental, eu sou regimentalista. Agora, eu vou propor a esta Casa, vou propor a esta Casa e vou utilizar da maioria para votar esta questão, porque eu não posso, aqui, a cada dia ter um formato diferente. Vou respeitar V. Ex.^a indeferir a questão de ordem, mas vou propor uma votação na Casa para organizar isso, porque não dá, não faz sentido, é um desrespeito aos deputados. Como é que o deputado assina o requerimento, Sr. Presidente, como é que assina o requerimento e esse requerimento não tem validade? Se é necessário que ele esteja presente aqui no ato da assinatura, não faz sentido o requerimento, isso é algo elementar. Então, como é que funciona isso? Ou seja, é um direito, é um direito a questão de ordem tanto para a continuidade da sessão quanto para votação, agora, nós não podemos admitir que algo que existe nesta Casa desde o seu nascedouro, não é uma invenção de ninguém, há em todas as casas legislativas não é um caso, a Bahia será a exceção se ela continuar...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) desprezando os requerimentos dos deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Líder, Rosemberg Pinto, desculpe, o que eu entendi, o deputado Adolfo Menezes estava presidindo a sessão, o que eu entendi do pedido do deputado Targino era que o requerimento estivesse de acordo com a presença no painel...

O Sr. Targino Machado: No painel.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): (...) realmente, Líder, me perdoe discordar de V. Ex.^a, porque se a pessoa não está presente no painel ele não pode assinar um requerimento.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, mas olhe bem, é porque tem mais de 21 assinaturas, o que eu pedi para verificar é se as 21 assinaturas constam no painel, se constar 21 assinaturas com a presença e tal... se não constar o deputado Targino tem razão, agora, em constando, em constando... e aqui eu não estou enganando ninguém não.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) aqui, quando eu chego pela manhã...

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) porque a gente tem essa necessidade, sou eu quem pede ao assessor para coletar as assinaturas, porque, às vezes, a pessoa não está aqui no momento. Então, às vezes, o deputado chegou na Casa, mas não chegou ainda para dar presença, porque ele está em outra atividade, no Brasil inteiro é assim. Então, o painel é apenas para você ter a visualização, mas o que vale de fato é a assinatura do parlamentar, nós estamos invertendo os papéis aqui, estamos invertendo os papéis. O

que eu pedi... já aceitei, V. Ex.^a já deferiu a questão de ordem, não quero que volte atrás, mas eu não posso admitir, certo, que tenham 25 assinaturas, 23 presentes, 2 estão ausentes e não tem validade, isso não pode.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Rosemberg Pinto, com muito respeito, V. Ex.^a sabe do carinho, da admiração que tenho por V. Ex.^a, mas infelizmente o documento fica viciado, o deputado Targino tem razão, se tem alguém que está assinando o requerimento e esse alguém não está presente, realmente, o próprio documento está prejudicado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, nós vamos ter que tirar do Regimento isso, não pode no Regimento ter requerimento para calçar uma sessão, porque isso é em todo Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Precisa estar presente na Casa, porque o fato de chegar à Assembleia não conta para efeito, porque precisa marcar a presença. Compreendo os motivos de V. Ex.^a estar falando. É uma discussão que eu acho, inclusive, que podemos trazer para Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: São 21 deputados. Inclusive, tem que ter 21 deputados presentes na Casa.

O que acontece aqui é que, às vezes, um deputado está na sessão, ele está na Casa e ele só chega no horário da votação. Quantos casos acontecem aqui? Se a gente abrir precedência para essa questão... Na minha opinião, presidente, eu acho que está vencida essa questão aqui. Eu vou pegar as assinaturas dos deputados, para que a gente possa dar o regramento correto a essa questão, porque aí acaba com isso.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Eu não vou contraditar, porque eu não posso contraditar matéria vencida. Agora, eu quero, aqui, deixar, já que o deputado Rosemberg Pinto fez o “jus sperneandi”, é um direito, é legítimo e ele sustentou como pode.

Eu quero dizer ao deputado Rosemberg que V. Ex.^a tem número regimental nesta Casa até para acabar com a Oposição. Não vai existir a Oposição mais. V. Ex.^a foi absolutamente infeliz, mas eu desculpo V. Ex.^a, porque o conheço e conheço bem. Esses 3 meses que estamos à frente da liderança já me permitiu conhecê-lo, mas de vez em quando qualquer um de nós comete deslizes verbais e V. Ex.^a cometeu, ao ponto de dizer que vai mudar o Regimento. Essa é a primeira falha de V. Ex.^a, porque esse Regimento não é para atender nem a Bancada do Governo nem a Bancada da Oposição, até porque, quem é governo hoje, pode não ser governo amanhã.

Eu não posso dizer a V. Ex.^a o que um dia, no passado, eu disse ao ex-deputado Paulo Câmara, não é? Porque ele queria mudar o Regimento para satisfazer seus interesses e eu fui obrigado a dizer a ele: “Deputado Paulo Câmara, eu entendo V. Ex.^a, o pensamento de V. Ex.^a é diferente do meu, porque V. Ex.^a está defendendo que o Regimento seja governista, porque seja lá quem ganhar a eleição na Bahia para governador, o senhor vai ser da Bancada do Governo. V. Ex.^a é um deputado chapa branca.”

Eu não posso dizer isso a V. Ex.^a, porque V. Ex.^a não tem esse perfil. mas eu quero pedir vênua a V. Ex.^a e dizer que repense a pérola que V. Ex.^a produziu aqui, hoje. Não é assim que a banda toca.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Alan Sanches. V. Ex.^a tem a questão de ordem, desde que não seja da mesma matéria, porque ela já foi deferida por esta presidência em favor do deputado Targino Machado. Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Perfeitamente. Sr. Presidente, a matéria está vencida, mas é um tema extremamente importante para esta Casa.

Aconteceu isso semana passada. A matéria está vencida, é apenas porque isso é muito importante para a nossa Casa. O que é que acontece? Há uma praxe aqui, durante anos, de colher...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Quero pedir a V. Ex.^a para contar com a compreensão de V. Ex.^a, porque sobre o mesmo tema que já foi deferido, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Então não tem mais sessão?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Tem sessão. Se a questão de V. Ex.^a disser respeito a outra questão, terei o maior prazer de ouvi-lo aqui.

O Sr. Alan Sanches: Mas eu poderia ter 5 minutos para formular a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Tudo bem. Eu pedi só a V. Ex.^a a generosidade, porque, como eu disse, o tema está vencido, não cabia uma questão de ordem. Mas em respeito e carinho que tenho por V. Ex.^a...

O Sr. Alan Sanches: Se a sessão acabou, não farei a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): A sessão não acabou, deputado Alan. É porque o Regimento é claro. Quando há uma questão de ordem, o presidente defere ou indefere. Já foi deferida. Não se pode fazer questão de ordem sobre a mesma situação, é matéria vencida, mas em nome do carinho, do respeito que tenho a V. Ex.^a, lhe ouvirei, com todo prazer. Só queria fazer um apelo a V. Ex.^a.

O Sr. Alan Sanches: Eu poderei pedir a verificação?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Numa nova questão de ordem, V. Ex.^a tem todo direito.

O Sr. Alan Sanches: Mas não será agora. Posso agora fazer minha questão de ordem?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pode. Ouvirei V. Ex.^a por toda a tarde.

O Sr. Alan Sanches: Bastam os 5 minutos a que tenho direito.

O que eu acredito que a Casa precisa fazer em alguns temas em que as lideranças realmente têm trabalhado muito... Quero até parabenizar o deputado Rosemberg, Líder do Governo, que tem feito um trabalho extremamente democrático. Mas o que percebo é o seguinte, há um vício nesta Casa de pegar as assinaturas de quem quer que esteja aqui no governo para sempre calçar as sessões e muitas vezes essa lista...

Sr. Presidente, queria que V. Ex.^a me desse a sua atenção, já que estava tão interessado na minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Estou ouvindo V. Ex.^a atentamente, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Eu vi que V. Ex.^a não estava com toda a sua atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Eu estava conversando com o Dr. Carlos, nosso assessor da Mesa Diretora desta Casa, mas com toda convicção na direção do que V. Ex.^a está falando.

O Sr. Alan Sanches: Agradeço o retorno da atenção.

Sendo assim, a praxe desta Casa é a liderança de governo pegar a assinatura de todos os deputados de governo que estiverem naquele momento. Mas, muitas vezes, como aconteceu na semana passada, como se repete hoje, o deputado que está solicitando a prorrogação da sessão ou a manutenção, ou o que quer que seja da sessão, ou uma outra sessão, o deputado não está presente e mais uma vez, eu volto a questionar a mesma coisa. Se o autor não estará presente, como ele poderá fazer algum tipo de solicitação?

Naquele dia aconteceu aquele ocorrido, justamente que foi o questionamento que fiz à Presidência. Se o autor da questão de ordem não está presente, ele não pode ter a sua questão de ordem deferida ou indeferida, porque inexistente autor, inexistente a questão de ordem.

Da mesma forma, não pode ser protocolado um documento numa sessão, quando o autor não está presente e não cabe à Presidência ficar verificando se há o autor presente ou não. Não tem que fazer lista de chamada de um requerimento colocado naquele momento na Casa.

Então, eu acho que isso chama a atenção e serve como um alerta para a Liderança do Governo que utilize os seus deputados presentes, e não os ausentes. E tente, já que esta Casa começou esta Legislatura com toda a vontade de trabalhar, o que eu acho perfeito, é o que eu sempre desejei, que chame os deputados para começar às 15h 45min. Não vai ter esse problema, não vai ter nem esse questionamento.

Não é possível que a gente não possa numa terça-feira, que é dia de sessão de votação, às 15h45min, as pessoas não estejam aqui, os deputados e deputadas programados para começar o seu trabalho, empenhados em resolver os problemas da nossa Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não posso nem deferir nem indeferir a questão de V. Ex.^a porque, como eu disse, a matéria já encontra-se vencida.

Informamos e agradecemos a visita dos estudantes do Colégio Estadual Mário Augusto Teixeira de Freitas, do bairro de Nazaré. Sejam todos muito bem-vindos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Pastor Tom comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 24/4/2019.

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 22/4/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Submeto ao Plenário as atas das 17^a, 18^a e 19^a sessões especiais, realizadas, respectivamente, em 29 de abril, 2 de maio, 3 de maio de 2019 e da 35^a sessão ordinária, realizada em 7 de maio de 2019.

Em votação as atas que acabaram de ser lidas.

Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Pausa.

Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pequeno expediente. **(Oradores inscritos.)**

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, minha querida amiga deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, saudar também aqui os estudantes que visitam esta Casa hoje, trabalhadores também aqui presentes. Quero dizer que subo a esta tribuna para fazer uma homenagem e destacar o trabalho da nossa querida militante Creuza Oliveira, presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Ontem, dia 13 de maio, o sindicato das trabalhadoras domésticas completou 29 anos, e é muito importante valorizarmos o trabalho dessa categoria, valorizarmos o papel do sindicato, que é um sindicato extremamente precarizado, que não tem recursos, não tem estrutura, mas nunca abdicou de cumprir o seu papel de lutar pela valorização das trabalhadoras domésticas.

Em 2015, ainda no governo Dilma, nós tivemos a lei que igualou as domésticas a todos os outros trabalhadores no que diz respeito aos direitos trabalhistas. Pois bem, a pesquisa publicada, no ano passado, pelo IBGE, nos dava conta de que infelizmente, até aquele momento, apenas 70% das trabalhadoras domésticas tinham suas carteiras assinadas. Isso é um absurdo, é uma tragédia, porque essa é uma frente de trabalho que agrega cerca de 6 milhões de trabalhadoras e de trabalhadores, 80% dessa categoria é negra e, portanto, persiste o legado sombrio, o legado pesado da escravidão, porque o trabalho doméstico ainda é no Brasil uma reelaboração do trabalho escravo, do trabalho das mucamas, do trabalho daquelas mulheres que sempre foram as últimas a ir dormir e as primeiras a acordar para garantir a mesa do patrão e da patroa.

Portanto, eu quero aqui dizer à nossa grande Creusa Oliveira, essa mulher destacada, que anda o Brasil inteiro, a América Latina também, defendendo esses direitos que o nosso mandato é um mandato em defesa dos direitos dessa categoria. A minha mãe foi trabalhadora doméstica, milhões de mulheres negras continuam, deputado Hilton, sustentando suas famílias a partir do trabalho doméstico. E é muito triste chegarmos em pleno século XXI percebendo que ainda há aqueles e aquelas que querem ter direitos, que querem ter os seus privilégios e que alguns não são capazes de reconhecer o direito de mulheres que hoje dão conta da higiene, da comida, de toda a estruturação e organização de lares abastados e que depois voltam para morar nas favelas e nos rincões deste estado e deste país.

Finalizo esse tema abrindo outro tema importante. Quero aqui saudar homens e mulheres, saudar a comunidade dos terreiros de candomblé do Recôncavo Baiano, de Salvador que se reúnem, e a abertura foi também no dia de ontem no 13 de maio, se reúnem até o dia 17, em Santo Amaro para celebrar o Bembé do Mercado, que é uma grande expressão, manifestação cultural, uma grande festa dos terreiros, que acontece desde que houve a abolição oficial da escravidão. E os terreiros foram para a rua. O Bembé do Mercado significa candomblé...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de rua. Foram bater e foram celebrar a possível liberdade, a liberdade oficial. E até hoje eles celebram essa festa agora com caráter de bater o seu candomblé contra a intolerância religiosa.

Então, eu fecho aqui a minha fala, presidente, deixando meu abraço a Pai Poty, a Pai Gilson...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) à Mãe Lídia, que é a ialorixá mais antiga dessa expressão cultural, desejando muita sorte, muita força e desejando que o sol da liberdade um dia de fato possa reinar sobre nossas cabeças quando homens e mulheres, negros, brancos e indígenas forem de fato iguais.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao deputado Pastor Tom. (Palmas)

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, eu quero dar boa tarde a todos, cumprimentar o presidente em exercício, deputado Alex, os demais deputados aqui presentes, deputadas, Galerias. E dizer que nesta tarde eu quero trazer aqui uma denúncia do jornal *Folha do Estado*, esse jornal é da cidade de Feira de Santana, e diz que a prefeitura de Feira de Santana pode pagar multa milionária por “Pinicão da Queimadinha”.

Eu estava lendo a matéria atentamente, meu caro deputado, amigo Jurailton. A prefeitura e o governo do estado ficam dando atribuição uma à outra quando se trata de uma lagoa que além de estar sendo destruída, virou um “penicão”, onde os bairros vizinhos estão jogando os dejetos.

Só que eles precisam entender, que quem mora no bairro da Queimadinha, são pessoas necessitadas, são pessoas menos favorecidas e ficam o governo do estado e a Prefeitura Municipal de Feira de Santana colocando um a culpa no outro. E isso quem está sofrendo é o povo, deputado Targino Machado, que conhece bem o bairro da Queimadinha, um bairro histórico daquela cidade, um bairro amado por aquele povo.

Mas eu queria dizer, aqui nesta tribuna, que existe uma decisão judicial, do juiz, Dr. Hungria, notificando e multando a Prefeitura de Feira de Santana. E, diga-se de passagem, a multa aqui tratada é milionária. Aí, o secretário vai e diz que é atribuição do Inema. Aí, fala que a responsabilidade do esgoto é do governo do estado, é com a Embasa.

Eu não quero saber de quem é a atribuição. O que nós queremos, o que o povo de Feira de Santana quer, o que o povo da Queimadinha quer é que se resolva o problema. Eu sou a voz daquele povo. Se eles não estão ouvindo a comunidade da Queimadinha, se eles não estão ouvindo os menos favorecidos, eu sou a voz aqui nesta Casa. Não posso aceitar, mesmo sendo aliado ao governo municipal, eu entendo que o pau que dá em Chico tem que dar em Francisco.

Tem que tratar as pessoas bem, as pessoas têm que ter dignidade, porque eu garanto que o secretário, prefeito e companhia limitada moram num lugar muito bacana, moram num lugar onde tem toda a infraestrutura, mas está lá o menos favorecido sofrendo, vivendo no meio, como a matéria aqui fala, no meio do “penicão”. Então, quando fala de “penicão”, está falando de merda, que o povo de Queimadinha está no meio da merda e o governo do estado não faz nada, e a Prefeitura de Feira não faz nada. Enfim, é o povo que vai sofrer.

Tem uma decisão judicial. E não vou me calar, eu entendo que o povo da Bahia me trouxe a esta Casa para defender os menos favorecidos, não vou abrir mão de defender o povo, não vou abrir mão de lutar por aquelas pessoas que não têm voz, eu sou a voz desse povo aqui nesta Casa, não vou me calar. “Ah, você é amigo do prefeito!” E daí? E daí? E daí? Eu quero é a solução do problema da Queimadinha, do bairro de Feira de Santana, meu caro amigo Marcell. Eu estou falando da cidade de Feira de Santana, na Bahia.

Então, está aqui o meu apelo, está aqui a minha indignação, estão aqui as minhas palavras querendo uma solução para aquele povo da Queimadinha. Povo da Queimadinha abra o olho, para o ano é eleição para prefeito na cidade de Feira de Santana. Olha quem é que está valorizando vocês, olha quem é que está dando...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) qualidade de vida a vocês, porque fica um empurra-empurra do coelho, é governo do estado, é prefeitura. Quem é? Tem que resolver o problema. Então se unem lá os dois e resolvem o problema do menos favorecido. A Queimadinha aqui tem voz e vez neste mandato que o povo de Feira e da Bahia me concedeu. Então eu quero ver a solução. E quero concluir minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. PASTOR TOM: (...) que posso todas as coisas Naquele que me fortalece, que é o Rei dos Reis, Senhor dos Senhores, o Leão da tribo de Judá.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o deputado Hilton Coelho. (Palmas)

O Sr. HILTON COELHO: Quero saudar aqui os moradores, vereadores de Simões Filho, os estudantes do Colégio Teixeira de Freitas, que têm uma história fabulosa de luta, que mais do que nunca precisa ser resgatada. A nossa educação tão atacada. É preciso dar a essa força estudantil toda a energia, para nós não deixarmos esse governo afundar a educação no nosso país. Então os nossos cumprimentos aos deputados e às deputadas e à imprensa aqui presentes.

Nós queremos ocupar esta tribuna para deixar o nosso registro, primeiro, de solidariedade e, ao mesmo tempo, de indignação. De solidariedade à deputada Renata Souza, deputada do estado do Rio de Janeiro, presidente da Comissão de Direitos Humanos daquela Casa, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que está passando por um processo de perseguição em função das suas ideias e do seu posicionamento firme em relação à defesa das maiorias, de maneira muito parecida com a trajetória da companheira Marielle Franco. Uma mulher negra, que lutou pelo respeito à grande maioria daquela população, a população negra, o respeito também às minorias. E de alguma forma essa luta se reproduz no Rio de Janeiro, no exemplo da nossa deputada Renata Souza, que está, simplesmente, passando por uma perseguição na Assembleia Legislativa, com um pedido de cassação do seu mandato, por se rebelar, em relação ao comportamento do governador Wilson Witzel. Um homem público, que tem a coragem de entrar no helicóptero, junto com um grupo de policiais – se não me engano, de policiais civis, no início do mês de maio –, e, simplesmente, atirar na população. Uma espécie de espetáculo de possível execução sumária. Uma ação que, inclusive, nos parece que atingiu uma tenda evangélica e que poderia ter baleado qualquer pessoa que estivesse na comunidade, uma localidade de Angra dos Reis. O que mostra a visão dessa elite representada pelo governador Wilson, que de alguma forma legitima a ideia de que pena de morte no Brasil deve ser implementada. E, mais do que isso, deve ser utilizada – como eu disse – como uma espécie de execução sumária, sem mesmo o direito de defesa.

O Brasil não é um dos 20 países do mundo que têm a pena de morte. Mas, infelizmente, o Brasil está na triste estatística de, mesmo não estando entre os 20 países que têm pena de morte, executar três vezes mais que a soma desses países que possuem pena de morte. Isso vem acontecendo de maneira absolutamente desenfreada no estado do Rio de Janeiro, em função dessa situação do posicionamento do próprio governador. Algo desmoralizante do ponto de vista da institucionalidade da nossa Constituição, o posicionamento vergonhoso – eu diria aterrorizante – de um governador.

Na resistência a esse posicionamento, a nossa deputada fez uma denúncia na OEA e na ONU. E a resposta da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, infelizmente, de parte, aliás, da base do governador, foi entrar com um pedido de cassação do mandato.

Acho que esta Casa não pode se abster de se posicionar também em relação a essa situação, porque por trás da coragem da companheira Renata Souza está a necessidade de defender o posicionamento dos movimentos sociais, das comunidades organizadas, que precisam sobreviver e não podem estar submetidas a essa violência policial que acontece nas madrugadas pelo país todo.

Aqui, na Bahia, não é diferente! O número de execuções chama a atenção do país inteiro. Infelizmente, a Bahia se destaca.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mas o exemplo do governador Wilson, subindo num helicóptero e participando de uma ação de fuzilamento – praticamente colocando em risco a população, dando tiros de helicóptero –, é uma situação inaceitável!

Por isso, toda a solidariedade à companheira Renata Souza, do Partido Socialismo e Liberdade, e todo o repúdio ao comportamento do governador do Rio de Janeiro e de parte da sua base na Assembleia Legislativa. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, alegria de tê-lo aqui presidindo a nossa sessão; colegas deputados e deputadas; pessoal da *TV ALBA*; colegas da Casa; pessoal da tribuna; os estudantes.

Hoje o que me traz aqui à tribuna é Irecê. Irecê, deputado Hilton Coelho, que é uma cidade importante do nosso estado, uma cidade dinâmica, de um povo trabalhador. E eu vim aqui ressaltar ações importantes que o prefeito Elmo Vaz tem feito naquela terra.

Inclusive, quero inaugurar aqui a sessão de apoio àqueles prefeitos que trabalham muito e sofrem muita perseguição, sofrem muito com *fake news*, sofrem muito com aqueles e aquelas que desejam o “quanto pior, melhor” para a nossa terra. Porque não é possível um homem que tenha trabalhado, que esteja trabalhando tanto, quanto o prefeito Elmo Vaz, possa ser considerado um mau prefeito.

E eu queria destacar algumas obras do prefeito Elmo Vaz, que acho importante. São obras estruturantes que estão mudando a cara da cidade de Irecê, colocando a nossa terra como uma terra de destaque no nosso estado.

O prefeito já realizou diversas obras. Quero destacar aqui a construção de seis quadras poliesportivas; a pavimentação de mais de 140 ruas e avenidas; a implantação da Casa de Saúde do interior aqui na capital – um avanço extraordinário, uma casa estruturada que atende bem as pessoas –; três escolas de educação em tempo integral, escola integrada; a implantação da coleta seletiva, ressaltando a importância da reciclagem do lixo; 5 mil cirurgias eletivas foram feitas em Irecê; mais de 5 quilômetros de obras de esgotamento sanitário – uma obra corajosa, que ninguém vê, mas que é importantíssima para garantir a saúde do nosso povo; duas novas entradas para a cidade – duas avenidas importantes que melhoram o acesso à cidade de Irecê; 40 quilômetros de passeio com acessibilidade; início da operação do aterro sanitário, que é um anseio daquele povo – e o aterro há tanto estava sem funcionamento, e ele tirou do papel, está botando para funcionar; a creche no bairro Silva Pereira; o Programa Leite Bom, que distribui 12 mil litros de leite mensalmente na cidade de Irecê; revitalização da Praça Dr. Mário Dourado, que é a praça do Banco do Brasil; o Prêmio Sebrae, inclusive, como recompensa de Prefeito Empreendedor.

Elmo está fazendo ainda a recuperação da Av. Júlio Pereira. Ele vai inaugurar agora no início de junho, que é um mês de festa e de aniversário da cidade, a Praça da Juventude, que é uma praça grandiosa, que vai ter campo, vai ter quadra, vai ter pista de skate, vai ter academia, vai ter pista de caminhada, vai ter auditórios. Uma obra estruturante importantíssima para nossa cidade. E queria destacar também a

recuperação do tradicional São João de Irecê, com atrações nacionais para o fortalecimento do turismo e da economia local durante os festejos juninos.

Irecê vai passar um mês em festa, um mês em confraternização, e eu gostaria de demonstrar todo o meu apoio ao prefeito Elmo Vaz, todo o meu apoio à população de Irecê, que é uma população de um povo trabalhador, que constrói o desenvolvimento daquela terra. E, por isso, Irecê tem se destacado muito no cenário estadual como um dos municípios que mais têm avançado em obras estruturantes, em obras que estão realmente viabilizando e melhorando a vida daqueles e daquelas que mais precisam.

Por isso quero saudar o prefeito Elmo. Quero saudar o meu vereador, o vereador Murilo do Asa Sul, que é o líder do governo na Câmara Municipal, que tem dado todo o apoio, que tem dado suporte, criado as condições dentro do Legislativo, para que todos os projetos e ações importantes e estruturantes do município de Irecê...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) possam ser aprovados naquela Casa.

Portanto, prefeito Elmo Vaz, meus parabéns para você, para toda sua equipe, para todo o seu secretariado. Parabéns para o povo de Irecê, que tem um prefeito que tem compromisso e que tem trabalhado para melhorar a vida do nosso povo, em especial, daqueles e daquelas que mais precisam.

E, para finalizar, eu não poderia deixar de, mais uma vez, lembrar ao povo da Bahia que Lula é um preso político, que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Lula é inocente e que “Lula livre”.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de até 2 minutos, a deputada Kátia Oliveira. Deputada, porque está encerrando o Pequeno Expediente, V. Ex.^a ainda tem 2 minutos. Portanto, se V. Ex.^a preferir fazer uso no Horário das Representações... É por causa do Regimento, o Pequeno Expediente.

(Pausa)

(Intervenção fora do microfone.)

Falei a ela que tem 2 minutos.

Parlamentar não identificado: Já acabou. Agora só tem um. É melhor falar no Horário das Representações Partidárias.

(Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a tem 1 minuto, deputada Kátia, porque o Pequeno Expediente está acabando.

A Sr.^a Kátia Oliveira: Então eu vou falar na representação do partido.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): O.k., deputada.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 25 minutos, o rubro-negro deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, público que comparece a esta Casa, os estudantes da rede estadual de ensino e demais visitantes, eu quero começar hoje o meu pronunciamento falando da situação do nosso país. Nós estamos há 4 meses e meio em um governo que tem causado espanto e sofrimento ao nosso povo. Hoje mesmo saiu uma revisão dos indicadores da nossa economia e o país está tecnicamente voltando para a recessão.

Creio que as elites brasileiras – no afã de impedir que o presidente Lula e depois o seu indicado, Fernando Haddad, que o PT e as forças populares voltassem a governar este país – entregaram os destinos da nossa nação ao mais despreparado presidente que já sentou na cadeira presidencial. Um presidente que depois de 4 meses e meio não inaugurou uma obra sequer, não anunciou um projeto em benefício do povo, não conquistou respeito internacional nem admiração diante do mundo em relação às atitudes. Pelo contrário, virou uma piada, virou um motivo de descrédito para o Brasil.

Toda vez que abre a boca em um fórum internacional, mantém-se fiel ao seu estilo muito ofensivo aos segmentos que compõem a nação, especialmente os índios, as mulheres, os negros. E só tem desenvolvido a sua obsessão bélica, em armar a população como se fosse a melhor política de segurança. Recentemente fez um decreto estendendo a 20 milhões de brasileiros a possibilidade do uso de armas; nomeou como ministro da Justiça... E ele próprio revelou que, em um acordo feito com o juiz Sérgio Moro, irá nomeá-lo também para uma vaga no STF tão logo exista essa possibilidade, revelando a trama que tirou o presidente Lula da disputa presidencial de 2018 e o beneficiou diretamente, criando as condições para ele se eleger presidente.

Essa atitude não só revelou quem é Moro – um juiz de negociações espúrias, que largou a magistratura em troca de uma vaga na Corte Superior do país –, mas também não deixa de manchar as nossas instituições, colocando seu processo de ocupação não por notório saber jurídico e técnico, mas por uma indicação política, por um “toma lá dá cá”.

Esse presidente, que é um desastre na área econômica, que propõe uma desestatização ampla, geral e restrita, que quer acabar com a principal empresa brasileira, que é a Petrobras, que está batendo recordes na extração do petróleo. E, por incrível que pareça, quando a Petrobras atinge esse estágio, ele quer vender as nossas refinarias, transferindo o filé-mignon do refino para empresas norte-americanas, para empresas europeias.

Esse presidente, que não tem nenhum sentimento nacional, que não defende o Brasil, que não defende o povo brasileiro, propõe uma reforma da Previdência e, mais uma vez, com um sofisma, com uma mentira de que o Brasil irá quebrar se não fizer essa reforma. Faz uma chantagem com o nosso povo, utilizando verbas públicas para uma campanha falsa, em que vende uma nova Previdência. Inclusive vai pagar a artistas, a apresentadores renomados que não precisam da Previdência, para divulgar essa falácia de que teremos uma previdência melhor no país.

Reforma essa que busca penalizar os mais pobres, tirando deles o direito à aposentadoria, tirando deles a possibilidade de que, ao final de sua vida, depois de ter contribuído décadas para o desenvolvimento do nosso país, tenham o direito de ter uma vida digna, ter um salário para comprar comida, para comprar roupa, para pagar

aluguel, para comprar remédio. É isso que ele quer para o povo brasileiro: retirar a condição mínima de sobrevivência, mudando o atual regime, que é um regime de contribuição solidária, em que as gerações atuais financiam os que já trabalharam antes, pagando as suas aposentadorias. E a geração atual vem não só com a cota de quem está no mercado de trabalho, mas vem com os empregadores e vem também com a parcela da sociedade, que através dos impostos faz com que o governo complemente o valor da seguridade social. E ele quer acabar com esse regime solidário e quer criar o regime de capitalização. O regime de capitalização, para quem não sabe, é um regime que funciona como uma espécie de poupança. E o trabalhador, quando está assalariado, vai depositar 9% do seu salário em uma conta que vai ser resgatada quando ele completar 65 anos de idade.

Então, isso não vai ser uma aposentadoria. Vai ser uma espécie de um seguro desemprego ampliado que ele vai ter durante alguns anos, com um valor muito menor do que era o salário quando ele estava na ativa. Os países que adotaram esse regime de capitalização hoje vivem com uma situação em que os idosos estão em situação limite na sobrevivência, ganhando 1/3, 40% do que eram os seus salários quando estavam na ativa. No Chile, inclusive, aumentou o número de suicídios na população da terceira idade, diante das dificuldades de sobrevivência naquele país.

Além disso, essa proposta de reforma da Previdência tem uma crueldade com alguns segmentos. Primeiro, com as mulheres. Até parece que o presidente não foi gerado no ventre de uma mulher, tal a maldade que ele quer fazer com essas guerreiras que constroem a Nação. Ele propõe, entre outras medidas, o aumento da idade para aposentar, de uma forma geral, em 2 anos. Mas em algumas categorias, como a categoria dos professores, ele propõe o aumento da idade mínima para se aposentar em 10 anos. Isso mesmo: de 10 anos vai ser o aumento da idade mínima exigida de uma professora para se aposentar.

As trabalhadoras rurais da mesma forma. Ele propõe aumentar em 5 anos a idade. Hoje a trabalhadora rural se aposenta com 55 anos e pela proposta de Bolsonaro só vai se aposentar aos 60. E ele desconhece o que o mundo civilizado já reconheceu e o que o Brasil reconhece hoje: que as mulheres precisam de um tratamento especial, porque elas têm funções nobres na vida, como a maternidade, que as afasta do mercado de trabalho por alguns anos. E, além disso, as mulheres, na sociedade machista, ocupam as funções do cuidado, do acolhimento de todos os entes da família quando estão em dificuldade e exercem dupla, tripla jornada de trabalho. É por isso que, em todo o mundo e no Brasil atual, no Brasil da Constituição de 1988, no Brasil cidadão, as mulheres são tratadas com respeito, pelo menos no capítulo da Previdência Social.

E ele quer retirar esse respeito que foi conquistado pelas mulheres brasileiras, aumentando a sua idade, diminuindo o valor do benefício e diminuindo também as vantagens das pensionistas.

Eu creio que se não bastasse isso com as mulheres, ele também faz uma crueldade com os mais velhos. Hoje o país estabeleceu um sistema de proteção em que os idosos – cuja família tem uma renda total de R\$250,00 e eles têm 65 anos de idade – recebem um benefício chamado Benefício de Prestação Continuada, BPC. E esse benefício assegura um salário mínimo para sobrevivência de toda a família. E ele quer

reduzir o valor de um salário mínimo, que hoje está em torno de R\$ 1.000,00, para apenas R\$ 400,00. Só vai pagar R\$1.000,00, um salário mínimo, quando atingir 70 anos de idade. Se é que estará vivo quando chegar a essa idade.

Por isso mesmo é de uma crueldade contra o segmento mais pobre do nosso país, mais idoso do nosso país.

Mas ataca também os trabalhadores urbanos, porque propõe uma redução do benefício, porque agora, pela regra atual, se aposenta quando se tem 65 anos de idade ou 35 anos de contribuição. Acaba-se com o tempo de contribuição, e têm que ter todos os 65 anos de idade.

Você vai ter o valor do benefício não na regra atual, que é 80% das maiores contribuições. Ele vai pegar 100% das contribuições, achatando, na prática, o benefício dos trabalhadores urbanos. E coloca como exigência o pagamento por 40 anos consecutivos à Previdência para ter o salário integral. Então, na prática, ninguém vai ter salário integral neste país.

É por isso mesmo que essa reforma não pode ser aprovada. Ela tem que ser derrotada, assim como foi derrotada a reforma do governo Temer, porque os deputados sabem que quem vota contra o povo não volta para a Casa Legislativa. O Congresso Nacional, os deputados federais e os senadores estão analisando essa matéria numa comissão especial, mas o nosso povo está na rua.

Amanhã nós teremos uma grande mobilização do setor de educação, em que vão às ruas os professores, os estudantes e os funcionários, para lutar pela educação pública gratuita em nosso país e lutar também contra a reforma da Previdência, porque esse presidente, que não gosta do povo, ele tem um ódio particular pelos profissionais da educação. Ele cortou as verbas da educação superior neste país em mais de 30%. Aqui na nossa Bahia – que ficou décadas com apenas uma universidade, a Universidade Federal da Bahia, pela qual eu me orgulho de ter me formado, e várias e várias gerações de baianos –, ele cortou R\$ 55 milhões, mas cortou também da UFRB, da UFOB, da UFSB e de todas as universidades federais, porque...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Um aparte, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) obscurantista como é...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Um aparte, deputado, por favor.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Darei, sim, deputado.

(...) obscurantista como é, retrógado como é, ele não pode conviver com o pensamento livre, com a produção do conhecimento, com o pensamento crítico. E elegeu a educação pública como inimiga desse governo, por isso mesmo a resposta virá em grande intensidade amanhã nas ruas. Eu já tive notícia das cidades pequenas que farão mobilização, das cidades médias. Aqui em Salvador nós teremos, às 9h da manhã, no Campo Grande, um grande ato convocado por todas as entidades do movimento ligado à educação. E a Bahia e o Brasil amanhã vão dar a grande e primeira resposta de massa a esse governo, que só desatinos tem cometido nesses 5 meses.

Um aparte ao colega, ao querido professor também, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Nobre deputado Robinson Almeida, quero parabenizá-lo por essa consistente intervenção, trazendo para o debate as consequências nefastas dessa reforma, se aprovada for, para o povo brasileiro.

E lembraria – e tenho acompanhado também a movimentação de V. Ex.^a em várias reuniões, seminários – que vários deputados dos partidos progressistas estão se mobilizando com os sindicatos, esclarecendo e estimulando, eu diria, a resistência contra essa que vai ser, não uma reforma, mas na verdade, uma destruição da Previdência Social.

E muito rapidamente – agradeço o aparte de V. Ex.^a – lembro de que conquistas que começaram em 1923, com a Lei Eloy Chaves; 1925 com a previdência dos marítimos; com os institutos dos anos 30; e na Bahia, nobre deputado, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários saiu numa grande greve nacional liderada por Mutti de Carvalho, líder sindical nos anos 30, e também dos comerciários. A Bahia foi pioneira: comandou para que fossem criadas essas duas caixas, que depois se unificaram formando o Instituto de Previdência.

Infelizmente, esse grupo que assaltou o poder não é liberal, esse grupo não é empresarial, é um grupo fascista que quer destruir o nosso país. Mas tenho certeza que, com um deputado como V. Ex.^a, nós haveremos de resistir e não deixar que essa reforma passe. Parabéns pelo pronunciamento.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Eu que agradeço a V. Ex.^a, que enriqueceu com informações históricas e tem colaborado junto com muitos outros para levar essas informações à população. E eu queria aqui dizer que, além do dia 15 de maio, amanhã, com a educação, no dia 14 de junho ocorrerá a maior greve geral da história desse país. Bolsonaro está brincando com fogo, está brincando com a paciência, com a resistência dos nossos trabalhadores. E 14 de junho o Brasil vai parar para dizer um “não” ao seu governo.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando a gente fala de Brasil, de Bolsonaro, realmente só sai notícia ruim, mas quando a gente vem para a Bahia do governador Rui Costa, muda-se o panorama completamente. Então esse governador, que foi reeleito com mais de 75% dos votos, mantém um ritmo de trabalho impressionante nesses 5 meses do segundo mandato. Agora mesmo, ele está na China, depois de ter passado pelos Estados Unidos, onde conquistou um investimento importante para a área de maricultura, a ser aplicado na costa sul do nosso estado. E agora, na China, ele assinou um protocolo de intenções com uma empresa chinesa da ordem de U\$ 7 bilhões, quase R\$ 30 bilhões, para construir um complexo industrial na região do Porto de Aratu, com a cidade inteligente, gerando mais de 30 mil empregos.

Então, enquanto Bolsonaro sai do Brasil e só causa vergonha a todos os brasileiros e volta de mãos vazias para o país, o governador Rui Costa vai apresentar as oportunidades de investimento. Com sua credibilidade, com sua confiança, sempre traz na mala resultados positivos para o povo baiano.

Além disso, o governador, nesses 5 meses, tem se destacado por tocar os projetos estruturantes. Você vê que a construção da Ponte Salvador-Itaparica, mesmo enfrentando as dificuldades que a economia brasileira coloca para atrair novos

investimentos, continua no planejamento. E, no segundo semestre, nós teremos o resultado do processo da licitação em curso. E, além disso, das obras estruturantes aqui na nossa capital, o governador inaugurou um segundo trecho muito importante da Av. 29 de Março, que ligará a BR-324, na altura de Águas Claras, até a orla marítima de Salvador. O governador, que já inaugurou, nesses 5 meses, 500 quilômetros de estrada. Ele mantém uma média de inauguração de 100 km por mês. Eu mesmo estive em dois eventos de inauguração: uma belíssima estrada que liga Sapeaçu até o município de Castro Alves. Também acompanhei a inauguração de São Félix a Maragogipe.

Então o governador continua com os investimentos na área da Saúde. Ele deu a ordem de serviço para a implantação do Centro de Referência de Doença Falciforme, que é um equipamento importantíssimo, que funcionará ali na rótula dos Barris, no antigo prédio do INSS. Já está em construção. O governador, numa das maiores intervenções para beneficiar o povo do subúrbio da nossa cidade, deu a ordem de serviço, também assinou o contrato para a construção do VLT, que é integrar o povo do subúrbio de Salvador ao projeto de mobilidade da cidade, ao metrô. E criar uma condição do desenvolvimento daquela região, região que foi esquecida durante muitos governos, inclusive pelo atual governo municipal.

A construção do novo hospital na cidade de Feira de Santana. Eu também estive lá. A ordem de serviço... Passei lá hoje. Estive em Rafael Jambeiro e vi a obra em andamento, de construção do Hospital Clériston Andrade II. As policlínicas que serão inauguradas agora, na volta do governador dessa viagem internacional, que vão se somar às oito que já estão em funcionamento. Mais onze serão inauguradas.

Então o governador, que mantém todo o pique, todo o ritmo de intervenção dos seu primeiro mandato. Honrando os 76% dos votos que o colocaram como o governador mais bem votado da história da Bahia. E o governador não para também com as intervenções na área da Segurança. Foi pago o prêmio de desempenho policial. Além disso, foram contratadas viaturas importantes, não só para a área da Segurança Pública, mas também para o sistema prisional. A convocação de 2.500 universitários para o programa Partiu Estágio. Um novo concurso na área de Segurança Pública foi anunciado, contemplando mais 2 mil vagas.

O governador que também autorizou a reforma do hospital de Camaçari, investimentos na ordem de R\$ 5,4 milhões. Então um governador que tem feito em todas as áreas. Hoje mesmo eu estive pela manhã, na companhia da secretária de Relações Institucionais e ex-prefeita do município, em Rafael Jambeiro; também com o secretário de Infraestrutura Marcos Cavalcante, com o secretário da Educação Jerônimo Rodrigues e com o secretário de Desenvolvimento Rural Josias Gomes. E lá, o governador, mesmo estando fora do país, as obras e as intervenções não param.

Foi entregue um trator à Associação Rural pela SDR. Foi autorizada a reforma de duas escolas estaduais no município. Foi dada a ordem de serviço para a recuperação da BA-390, que liga o município de Rafael Jambeiro até à BR-242. Intervenções importantíssimas que acontecem em toda a Bahia, com e sem a presença do governador.

Então, eu digo isso para comparar os dois mundos que nós estamos vivendo: um a Bahia que está dando certo, uma Bahia que tem um timoneiro, que tem um líder, que

sabe o que quer, que tem a credibilidade e a responsabilidade do povo baiano; e um Brasil que está no caminho errático, comandado – me perdoem a palavra e a expressão – por um aloprado presidente que não sabe nada de gestão, que não tem nenhum sentimento de nação e que só quer destruir o que foi construído no passado. Construído não só pelo PT, construído por todos os outros ex-presidentes, construído por todos no pacto da Constituição de 88, na produção de um Estado de bem-estar social, mesmo que mínimo, de proteção ao nosso povo.

E esse desatinado presidente que tem por trás poderosas forças de mercado das elites nacionais que sustentam ele no poder para ele executar esse projeto de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos... Então, Bolsonaro é o Robin Hood às avessas. Ele quer tirar dos pobres para dar aos ricos. É essa a visão que, infelizmente, comanda o nosso país.

Por isso, eu quero, mais uma vez, me solidarizar com o nosso povo, trazer uma palavra de esperança ...,

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não tem mal que nunca acabe. Essa tormenta vai passar, nós vamos resistir nas ruas e vamos inaugurar o movimento amanhã. O Brasil vai se levantar, o Brasil vai dizer um basta a esse desmando que está sendo cometido; o Brasil vai voltar a ocupar um lugar de destaque nacional e internacional; e o Brasil vai restabelecer a democracia.

Que saudade do nosso presidente Lula. Lula Livre! (Palmas nas Galerias.)

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. Não há orador.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, arguo o Artigo 33 para usar a palavra em comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, o Conselho Nacional de Justiça determinou a extinção ou desativação de mais de 50 comarcas no interior da Bahia, devido àquelas comarcas, elencadas naquela lista, apresentarem movimentação processual abaixo do razoável. Entendendo o Conselho Nacional de Justiça como razoável uma movimentação de processos acima de 800 processos, no último triênio em cada uma das comarcas existentes no estado.

É o caso, por exemplo, Sr. Presidente, da comarca de Sapeaçu que já estava inclusive definido pelo Tribunal de Justiça da Bahia, que seria extinta e transferida para a comarca de São Felipe. Através de um esforço conjunto meu, do Líder do governo, deputado Rosemberg, e também do presidente Nelson Leal, conseguimos estancar esse processo de Sapeaçu porque entendemos, nós três, que por maiores que fossem os

argumentos do Tribunal de Justiça para deslocar os jurisdicionados de Sapeaçu para a comarca de São Felipe, que seria a comarca agregadora, não resistiriam, seriam espancados, esses argumentos por outros argumentos.

Por exemplo, a comarca de São Felipe, por melhor que seja, nem sempre tem juiz, enquanto isso a comarca de Cruz das Almas, que está distante, apenas, pouco mais de dez quilômetros de Sapeaçu, com transporte regular entre Sapeaçu e Cruz das Almas, além disso é uma comarca intermediária que tem juiz sempre, mais de um juiz, e estará, em pouco tempo, recebendo um investimento da ordem de R\$ 15 milhões, a comarca vai ser promovida de entrância e receberá o investimento de cerca de R\$ 15 milhões, recebendo um novo fórum.

Então, eu quero aqui dar essa satisfação à Bahia, de forma especial ao povo de Sapeaçu, sei que para o jurisdicionado que vai se deslocar é melhor ir para Cruz das Almas do que ir para São Felipe. E se alguém tinha que mudar, era São Felipe ir para Sapeaçu e não Sapeaçu ir para São Felipe.

Foi com muito prazer que pude ser advogado de defesa do município onde fui votado e quero deixar os meus agradecimentos às intervenções também favoráveis à minha tese feitas pelo Líder do governo, deputado Rosemberg e pelo presidente da Casa deputado Nelson Leal.

Era essa a minha comunicação, Sr. Presidente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vai falar pelo tempo de 6 minutos o deputado Jacó, 6 minutos o deputado José Raimundo. (Pausa) Ah, mas, você pediu no PSD.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra pelo tempo..., deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Jacó por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao deputado Jacó pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, antes de Jacó..., Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, só para fazer uma alteração o deputado Jacó e o deputado Adolfo...(pausa). Ah, está no PP? Desculpe, eu queria pedir desculpas, na realidade é no PSD. Então, deputado, são 7 minutos o deputado Robinho e 5 minutos o deputado Niltinho.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra pelo tempo de 7 minutos ao deputado Carlos Robson, o nosso Robinho.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde a todos os colegas, presidente Alex, eu quero, nesta oportunidade, falar de uma cidade bem conhecida na Bahia, a cidade de Mucuri. Mucuri, para quem vai no sentido da BR-101 no sentido ao Espírito Santo, é a última cidade da Bahia. A cidade de Mucuri, ela é conhecida como a 5ª receita proporcional

da Bahia. Em Mucuri existe a Suzano, Papel e Celulose, que é uma das grandes indústrias da Bahia, mas o que eu tenho para falar de Mucuri é uma notícia triste, trata-se de um município que tem uma receita proporcional interessante, mas onde o dinheiro tem sido mal investido.

Na última eleição municipal, o atual prefeito que foi eleito com unanimidade, praticamente, ele teve mais de 70% dos votos e vem fazendo uma gestão de anarquia com o povo de Mucuri. E, agora, os vereadores de Mucuri abriram uma CPI onde há uma denúncia com relação a compra de um terreno que o prefeito desapropriou uma área de terra contendo 100 lotes. E o engraçado é que a empresa, a imobiliária, se qualquer um de nós formos lá para comprar um lote, esse lote é vendido a R\$ 8 mil, R\$ 10 mil em muitas parcelas. E a prefeitura desapropriou pagando em cada terreno R\$ 23 mil, um total de 2 milhões e 305 mil reais.

E a Câmara abriu uma CPI, inclusive, nesta CPI o vereador Saulo... o vereador Saulo é um advogado, que foi âncora de um programa 'O café com Saulo' e o vereador Saulo hoje é relator dessa CPI e ele foi quem entregou toda documentação para uma jornalista fazer uma denúncia, denúncia essa que o Ministério Público Federal acatou a denúncia, ação civil pública de improbidade administrativa e desse processo do Ministério Público Federal surgiu aí essa CPI. E dessa CPI surgiram outras denúncias, feitas pelo vereador Roberto Alves dos Santos e o vereador Roberto Barros Borges, conhecido como Beto Borges, uma sequência de denúncias, denúncias essas protocoladas na Polícia Federal e no Ministério Público Federal.

Só na reforma de um prédio alugado a prefeitura investiu mais de R\$ 1 milhão. Outra questão que é estarrecedora: o município de Mucuri tem um orçamento anual de R\$ 160 milhões. Uma cidade de pouco mais de 40 mil habitantes tem um orçamento de R\$ 160 milhões. E existe uma empresa que ganhou a licitação, a empresa conhecida como empresa SAIAN e esta empresa ganhou uma licitação de mais de R\$ 16 milhões, portanto, só para locação de carros a empresa SAIAN ganhou a licitação e tem pago por mês em torno R\$ 1,5 milhão, R\$ 1,6 milhão de locação, quer dizer, 10% do orçamento de uma cidade que é tida como a 5ª maior receita proporcional da Bahia, quer dizer, uma receita significativa, tem uma empresa que ganhou a licitação, mais de 10% do orçamento só para locação de carros. Então, esses vereadores que fizeram essas denúncias, o Roberto – conhecido como professor Roberto e o Beto Borges, e o que é mais estarrecedor é que um dos funcionários da Saian, essa empresa de locação de carro que ganhou uma licitação com mais de 10% do orçamento da cidade de Mucuri, foi na casa do professor Roberto, ameaçando-o. Em decorrência disso teve que ser chamada a polícia, foi feito um boletim de ocorrência e o professor Roberto hoje é refém de suas funções, porque a função de um vereador é denunciar, fiscalizar. E ele está fazendo a denúncia, cabe agora a empresa fazer a sua defesa, se não deve não vai ter problema. E o professor Roberto pede a segurança, pede uma proteção pelas ameaças que ele vem sofrendo. E eu estou pedindo ao secretário da Segurança Pública uma audiência para que ele possa dar proteção para que o vereador, o professor Roberto, possa cumprir o seu papel, o seu papel de vereador, de fiscalizador daquele município de Mucuri.

Eu agradeço aqui aos colegas, à imprensa presente, que possa, se possível, tornar público esse ato de vandalismo com o dinheiro público daquela cidade, Mucuri, uma cidade que também...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

(...) tem uma influência turística muito importante, é a minha externalização de indignação com relação ao abuso do dinheiro público na cidade de Mucuri.

Muito obrigado pela oportunidade, um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra pelo tempo de 5 minutos, deputado Niltinho.

O Sr. NILTINHO: Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os nobres colegas desta Casa, ao nosso Líder, Rosemberg Pinto, eu quero neste dia de hoje, primeiro parabenizar o nosso governador em exercício, o nosso governador Nelson Leal. Ontem estivemos fazendo uma visita de cortesia a ele, não é, deputada Fabíola Mansur? Onde ele, sempre muito gentil, sempre muito cortês, vem sendo um craque na forma de conduzir a sua relação com os deputados desta Casa, e eu não poderia deixar passar despercebido esse momento especial para todos nós que foi ser recebido por Nelson Leal, na governadoria; quero também, aqui, saudar o nosso presidente Alex Lima pela excelente condução que vem fazendo na Casa, esse jovem deputado que vem se destacando a cada mandato, hoje no seu segundo mandato, e aí na presidência eu me sinto representado com a sua juventude. Parabéns por você estar aí e conte também sempre com seu amigo aqui, o deputado Niltinho; esse grande amigo, Diego Coronel, que está ali do lado dando risada, esse é um craque, um grande amigo nosso. Eu quero, neste dia especial, saudar a todos vocês, deixar o meu abraço, aqui, do deputado Niltinho, saudar a imprensa local e fazer um convite, nesta quinta-feira, às 14:30, vamos estar aqui promovendo o dia do cigano. O dia do cigano é no dia 24/5, mas vamos antecipar e promover essa data especial. E o objetivo... Infelizmente, a gente ainda se depara, em 2019 com muito preconceito das pessoas para com os ciganos.

Quando se fala de ciganos, existe uma diferença onde as pessoas acham que tem sempre relação envolvendo dinheiro, envolvendo leitura de mão. Enfim, existe a cultura da comunidade cigana, que a gente deve, sim, conhecer e valorizar.

Eu tive oportunidade, ao longo da minha campanha como deputado estadual, de conhecer a comunidade cigana, me inteirei bastante, fui votado por grande parte dela por toda Bahia. E, com muito prazer e com muita satisfação, fiz a indicação desta sessão especial nesta quinta-feira, às 14h30.

Então, vamos poder promover aqui essa identidade cigana. Como o deputado Jacó falou hoje, mais cedo, comigo numa comissão dentro da Assembleia, não só os ciganos sofrem preconceito como os quilombolas, os indígenas. A gente precisa acabar com isso, precisamos tratar todos de forma igual.

Então, essa é a oportunidade de a gente valorizar, trazer essa importância. A gente precisa contar com a presença de todos. Inclusive no site, pelo qual eu tenho

muito carinho, o site Bahia Notícias, no Curtas e Venenosas do dia de hoje colocou que os deputados que faltarem é porque estão devendo.

Então, espero contar com todos. É apenas uma brincadeira do site, é uma parte realmente de extremo bom humor do site Bahia Notícias, mas vale ressaltar a todos vocês que é muito importante a presença de todos, porque quando se faz esse tipo de brincadeira.... Naturalmente tem aquela parcela de preconceito, que é sempre traçar o cigano como o cara que empresta dinheiro, que está ali trazendo esse tipo de relação com as pessoas de forma geral.

Então, quero reiterar o convite a vocês, deputados estaduais, deputados federais que estiverem na *TV Assembleia* nos assistindo que venham também fazer parte desse grande encontro, que venham conhecer de perto. Será um prazer para todos nós, eu que sou muito amigo do grande líder da comunidade cigana, Dr. Gilson, da cidade de Camaçari, quero, aqui, em nome dele também fazer o convite a toda comunidade cigana da Bahia, para que faça parte desse dia especial que será um momento único.

Vale ressaltar que é um momento único. Jamais na história da Assembleia Legislativa esta Casa abriu as portas para a comunidade cigana. Ao contrário da indígena que já foi recebida aqui, a comunidade quilombola já foi recebida nesta Casa Legislativa, mas infelizmente a comunidade cigana não foi recebida aqui. É necessário que esta Casa, que é a Casa do povo, que representa o povo baiano, abra suas portas para que a gente conheça esse povo que tem uma rica cultura, e que tem na premissa da palavra deles acima de tudo é a palavra. O que eles dizem vale mais do que qualquer papel ou documento assinado.

Então, eu quero, aqui, refazer o convite, deixar meu abraço e agradecer a presença de todos vocês hoje no plenário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o Líder da Minoria, o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente. Eu vou pedir ao deputado Targino... Eu deixei, o tempo inteiro... Presidente, pela ordem.

Eu deixei o tempo inteiro o deputado Targino falar, questionou as 21 assinaturas o tempo inteiro. Por uma questão de elegância com o deputado Targino, aceitei tudo isso. Mas era como se ele não estivesse presente na sessão, porque ele hoje chegou tão entusiasmado para fazer esse requerimento que deixou de dar presença no painel. Está vendo?

Mas eu, como respeitador da ordem da Casa, entendendo que não é só o que está no painel que é presença nesta Casa, eu aceitei para que ele entendesse que não é o painel o referencial, mas é o deputado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu quero dizer que em terra de cego, quem tem um olho é rei. Então, aqui, como estava cheio de cego, eu só tinha um olho, passei como rei.

Deputado Rosenberg, com presença dada ou sem presença dada, nós estamos sempre presentes, eu e V. Ex.^a.

Sr. Presidente, no tempo do PSDB/PSC falará por 5 minutos o deputado Tiago Correia. Antes que ele acabe o seu discurso, eu indicarei quem vai complementar o restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Por 5 minutos, deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, subo mais uma vez a esta tribuna para tratar de um assunto que já foi debatido nesta Casa, tenho insistido...

O Sr. Targino Machado: Deputado Tiago, com licença, amigo.

Sr. Presidente, nos 5 minutos restantes falará o deputado Alan Sanches.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, pode recompor o meu tempo?

O Sr. Targino Machado: O deputado Tiago está rápido no gatilho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por favor, recomponham o tempo do deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, subo mais uma vez a esta tribuna da Casa para tratar de um assunto sério, que venho debatendo, trazendo, martelando, que são as constantes usurpações das competências dos deputados, que são legitimados pelo voto popular, e trouxe recentemente o que o governador fez através de decreto, Decreto 19.004/2019, decreto esse que modifica a estrutura básica da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, decreto esse inconstitucional no momento em que cria e extingue cargos.

Conforme relatei em momento anterior que iríamos entrar com uma Adin, essa Adin foi apresentada ontem pelo Partido do qual faço parte, PSDB, processo nº 800897678/2019, de arguição de inconstitucionalidade do referido decreto.

Mas, Sr. Presidente, eu vou além. A Agência de Defesa Agropecuária do estado da Bahia, Adab, ela vem sendo sucateada há anos pelo governo que aí está. Recentemente servidores estaduais do grupo de fiscalização, que não é só Adab, mas a Adab e outros grupos, fizeram a paralização de alerta por 24 horas. E, para nossa surpresa, o Partido dos Trabalhadores foi contra os trabalhadores e cortou o ponto desses servidores, servidores estaduais, justamente por ter feito essa paralização, quando a mais de 3 anos eles não têm reajustes, reajustes esses que são garantidos por lei. A Adab vem tendo um tratamento totalmente, eu diria, irresponsável pelo governo do estado, quando tratamos de um instituto de defesa agropecuária, uma agência que preza não só pela saúde das plantas, pela saúde dos animais, mas principalmente pela saúde humana. E nós vemos um órgão totalmente deteriorado, as nossas fronteiras abertas, as barreiras não funcionam depois das 18 h.

Um agente da EBDA foi assassinado, deputado Targino, às 13h, no posto de Paulo Afonso, há alguns anos, justamente quando estava prestando seu serviço. E nós temos informações que o governo, inclusive, orientou que a Polícia Militar não acompanhasse os atos dessa agência de defesa, os atos de fiscalização. E vemos aí o controle da febre aftosa que é justamente feito por este órgão, não deve estar sendo feito da maneira correta. O mormo ronda o nosso estado, há alguns anos nós não temos

caso de mormo, mas o mormo está na maioria dos estados vizinhos e vai trazer um prejuízo incalculável a pecuária equina do nosso estado no momento em que possibilita que os criadores vendam animais para outros estados. A peste suína, agora identificada no estado do Piauí, recentemente, há pouco mais de 1 mês, coloca o estado do Piauí, hoje, em estado de emergência. Sabendo que a peste suína, hoje, dizima milhões de suínos na China, abrindo um mercado enorme para o Brasil, o estado vizinho aqui hoje tem peste suína e as nossas fronteiras estão totalmente abertas, totalmente descobertas. E o órgão de defesa agropecuária que deveria estar alerta, está justamente na UTI pela incompetência do governo do estado e pelo tratamento que o governo dá a agricultura que, talvez, eu já falei aqui, seja a principal mola propulsora da economia do nosso estado, estado produtor de grãos, estado produtor de café, de carne, de leite, produtor de algodão.

Nós teremos agora, em Luís Eduardo, a Bahia Farm Show. Nós temos justamente já apontados, deputados Targino, manadas de javalis destruindo lavouras, destruindo criações, quando eles são animais predadores e existem normativos, inclusive, do Ibama prevendo e orientando o controle desses predadores. Nós pedimos que o governo tenha uma ação mais enérgica.

Para finalizar, trago aqui o relatório semestral de registro de doenças de suínos e a peste suína. E nós vemos aqui no mapa justamente as últimas ocorrências são todas no Nordeste, em estados vizinhos da Bahia. Então nós temos essas endemias circulando o nosso estado e é, sim, uma calamidade anunciada, uma tragédia anunciada. Muito em breve nosso estado pode estar acometido por doenças que já estavam erradicadas.

Então, Sr. Presidente, comunico essa Adin e peço que esta Casa tome a providência acerca dessa medida provisória.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos restantes, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente quero saudar aqui as deputadas, os deputados, todos que estão nos acompanhando aqui nas Galerias e através da *TV Assembleia*. Durante anos aqui nesta Casa eu venho trazendo o tema Bahia Farma e não é surpresa os questionamentos que trago aqui a V. Ex.^{as}. Foi noticiado pelo secretário da Saúde, Dr. Fábio Vilas-Boas, alardeado em todos os meios de imprensa que a Bahia seria, agora, produtora de artroplastia total do quadril, ou seja, prótese de quadril e de joelho para toda a Bahia, e que a gente iria acabar com o problema de fornecimento de prótese. Na verdade, não temos esse tipo de problema.

Depois de 5 anos, eu questionei onde e quantas próteses a Bahia tinha produzido? E até hoje nenhuma prótese foi produzida.

O que nós vimos foi o governador Rui Costa, junto com o secretário Fábio, fazendo viagens internacionais, visitando laboratórios de próteses. E queria saber, e é o que vou questionar, qual é o custo disso? Qual foi essa parceria? De que forma foi

feita? Qual foi o custo dessa parceria? Qual foi o valor investido? E que não resultou em absolutamente nada.

Passando de próteses de quadril... eu quero dizer que não fui eu, porque às vezes podem dizer que, por ser oposição, nós vimos trazer questionamento por ser oposição, mas tenho aqui, em minhas mãos, e todos têm acesso, porque é público. O Tribunal de Contas da União, deputada Fabíola, apura irregularidades em parcerias para a produção de insulina no Brasil.

Traduzindo aqui, o que quero dizer, deputado Zé Cocá, para o que quero chamar a atenção de V. Ex.^{as} é que existia um laboratório da Ucrânia junto com a Fiocruz. Em 2006, foi selado um acordo para que se fizesse uma transferência de tecnologia, porque esse é o fundamento da Bahiafarma: produzir coisas. Mas para isso, durante um prazo de 5 anos até a produção, normalmente se pega uma fábrica, um laboratório e se transfere gradativamente a tecnologia, ano após ano, para no prazo de 5 anos estar produzindo determinada prótese, como eu falei, ou insulina, agora em questão, porque o Ministério Público entrou com uma ação, uma representação no Tribunal de Contas da União.

O que acontece? O Ministério Público, mais uma vez eu digo que não foi provocação minha, por ser deputado da oposição, por suas ações, entrou com uma representação no Tribunal de Contas da União contra essa PDP, que é uma Parceria de Desenvolvimento de Produção, que a Bahiafarma firmou em 2017 com esse laboratório ucraniano.

O que se percebeu é que o valor da insulina era maior e que não havia até o momento, não há, não existe, segundo a representação, nenhuma, nenhuma, nenhuma, falei três vezes nenhuma, falei a quarta agora, nenhuma transferência de tecnologia, apenas reserva de mercado para que só se pudesse comprar a insulina nesse laboratório e não em outros laboratórios, inclusive da Bahia, deputada Fabíola.

O que traz essa representação são os absurdos que vêm acontecendo, que há um orçamento, um cheque em branco, deputado Rosemberg, para a Bahiafarma. E que eu acho que agora...

Primeiro, farei minhas investigações pessoais e particulares para depois trazer para esta Casa para que a gente faça uma investigação maior, se assim achar conveniente. Mas o que nós não podemos é fechar os olhos para o que está acontecendo na Bahiafarma.

Deputado José Cocá, V. Ex.^a que chegou muito bem a esta Casa, eu gostaria de perguntar a V. Ex.^a se tem conhecimento – ou algum outro, deputado Zé Raimundo – sobre como estão os *kits* de chikungunya, de dengue, de zika que foram alardeados. Isso é o que essa Casa tem de fiscalizar, onde está entrando o dinheiro da nossa Bahia? Para onde está indo?

Então, eu farei alguns questionamentos à Bahiafarma para que a gente possa, realmente, chegar a um esclarecimento sobre esses absurdos que estão acontecendo na Bahiafarma.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 6 minutos, falará o presidente que estava, até há 1 minuto, sentado nessa cadeira.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Sete minutos...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sete minutos, desculpe. Por 7 minutos o deputado Adolfo Menezes; e por 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur, que fez hoje, aqui, uma grande sessão, inclusive com direito a forró e tudo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, é por isso que esse país, a cada dia, perde mais o respeito, e veja que o próprio Judiciário contribui para isso. O presidente Temer e o coronel acabaram de ser soltos.

Eu não estou aqui defendendo o presidente Temer nem o coronel. Agora, vocês veem que os juízes, em ações de novela, deputados, prendem o cidadão que não era para prender. O STJ, por unanimidade, acaba de dar um novo *habeas corpus* ao presidente Temer. Ele não foi nem ouvido.

Eu não estou aqui defendendo o PMDB, eu não estou aqui defendendo... Não estou dizendo que ex-presidente, ou ministro, ou deputado não deva ir preso. Agora, os próprios juízes e as juízas que decretaram a prisão novamente sabiam que não se sustentava. O presidente Temer não foi nem ouvido. Então, a desmoralização, mais uma vez, como tudo neste país.

Eu ouvi aqui, salvo engano, ontem um colega nosso falar que o governador Rui Costa não tem coração por não ter dado aumento aos servidores públicos, por ter mandado cortar o salário dos professores das universidades estaduais.

Eu acredito que o povo da Bahia já respondeu a esses questionamentos agora nas eleições, que tem poucos meses – e já se está falando em outras eleições, está se falando não, está se trabalhando para outra eleição, infelizmente – quando houve a maior vitória da história das eleições aqui, na Bahia. Isso não é de graça, Srs. Deputados, é fruto do trabalho de um governador seríssimo.

Tenho certeza, deputado Alan, de que se existir coisa errada neste governo não é de conhecimento do governador, tenho certeza absoluta. O governador Rui Costa é um homem seríssimo, é um homem detalhista, gestor. E foi por isso que a Bahia sobreviveu. É por isso que se fala, hoje, no nome do governador Rui Costa até para ser candidato a presidente do Brasil, apesar de que, o outro, o Bolsonaro, que está fazendo um desastre atrás do outro, só fez começar. Mas já perdemos o ano de 2019. O Brasil já perdeu 2019. Nós estamos em maio, no meio de maio, quase já no meio do ano, e as coisas em Brasília demoram a acontecer. Infelizmente, 2019 já foi.

E por que é que o governador Rui Costa tem o nome falado, hoje, se destaca como possível candidato à presidência da República? Porque você conhece o gestor não na época das vacas gordas, você conhece o gestor nas dificuldades que o Brasil atravessa. A cada dia a atividade econômica diminui. Vinte e quatro governadores não

estão nem pagando seus compromissos em dia. O Rio de Janeiro ainda está pagando o salário porque o governo federal está injetando dinheiro. Rio Grande do Sul, Minas Gerais, para falar de três dos principais estados do Brasil...

E porque o governador Rui Costa ainda consegue realizar tantas obras?

É claro que ninguém está dizendo aqui que não faltam leitos nos hospitais, ninguém está dizendo que não faltam estradas a serem pavimentadas, que não faltam escolas. Falta tudo.

Agora, tenho a absoluta certeza de que um homem que veio do meio sindical, como o governador construiu a sua vida política, que veio das camadas mais pobres dessa população sofrida de Salvador não se sente bem por não dar o aumento ao funcionário público. Ele não se sente bem ao ter de cortar salário de professores, porque a gente sabe que na educação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) é que está a base...

Sete minutos?! Esse relógio está andando demais, não está não, presidente?

Meu Líder... Deixe, eu vou concluir o meu discurso, tem muito tempo. Eu vou concluir o tempo todo com toda ousadia e permissão.

Então, o governador Rui Costa, é claro que eu tenho a certeza absoluta de que ele sofre quando toma essas medidas. Agora, é como ele disse: eu não posso transformar a Bahia em Rio de Janeiro.

Doze minutos, Sr. Presidente, 12 minutos.

A deputada Fabíola já falou tanto pela manhã e já quer falar de novo?

Recomponha meu tempo, aí, por favor!

Brincadeira, viu, deputada Fabíola! Mas há tempo para falar mais tarde.

Já quebraram meu pensamento.

Então, Srs. Deputados, tenho a certeza de que o governador não se sente bem por mandar cortar salário de professores, porque é na educação que está a base de tudo. O governador tem consciência disso, mas ele tem os números na mão. A Bahia está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós passamos por uma crise tremenda. Se ele conceder...

E é por isso que este país se encontra desse jeito, porque foram dados por prefeitos irresponsáveis, por governadores irresponsáveis no passado... Os que têm medo de pressão, que têm medo de sindicatos foram dando o que os funcionários e as categorias, merecidamente, merecidamente, precisavam, mas só que as finanças não comportavam essas medidas. Mas prefeitos e governadores, com exceções, irresponsavelmente, só pensando em fazer média, iam concedendo. E o resultado é que, agora, o Brasil está quebrado.

Previdência quebrada não pelo povão, não pelo homem da roça, não por 85% dos funcionários, porque não foram esses que ganham pouco que quebraram a Previdência. Quem quebrou a Previdência, e continua, foram os altos salários de deputados, de servidores. No Legislativo, foi demonstrado que lá, em Brasília, um

servidor se aposenta com a média de R\$ 28 mil, R\$ 30 mil; no Judiciário, R\$ 50 mil, R\$ 40 mil. Foram esses que quebraram este País.

E ninguém quer abrir mão, esse é o problema. Ninguém está pensando no outro, está pensando nos seus interesses, porque o brasileiro é assim: “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Mexa lá com o dele, mas o meu é intocável”.

E é assim não no povão, não na massa dos assalariados, que ganham pouco. É no Legislativo, em menor grau, no Executivo e no Judiciário que estão os maiores salários e o rombo da Previdência. E nós estamos vendo lá, em Brasília, cada grupo defendendo o seu interesse.

É por isso que no programa, salvo engano, da *Bandeirantes*, o governador Rui Costa, quando entrevistado, disse: “Isso eu já fiz na Bahia. Eu já aumentei a alíquota, a contragosto. Mas quem ganha mais tem que pagar mais. Lá já foi criado, para quem entra no estado, não se aposentar mais. Se ganha 30 mil, leva 30 mil.”

Você se aposenta com 50 anos e, com a Medicina avançada, hoje, todo mundo tomando mais cuidado com exames, vai viver mais 40 anos.

A cada dia a população brasileira tem menos filho. E hoje eu vi na *Band News*, deputada Mirela... Agora, Sr. Presidente, agora, deputado Jurandy Oliveira, é que a Previdência, se não tomar providência, vai quebrar, porque foi feita uma pesquisa com jovens entre 18 a 36 anos – na *Band News*. Eu ouvi pela manhã – e se concluiu que o sexo está diminuindo porque todo mundo só quer ficar no celular. Vejam onde é que o mundo vai parar!

Então, se a taxa de natalidade... é uma piada, mas eu ouvi, é pesquisa...

(Vários deputados se manifestam no plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Diego Coronel): Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Então, parece uma piada, mas foi na *Band News* hoje, de manhã.

Os jovens estão preferindo ficar no *WhatsApp*, no *Instagram* a fazer sexo. Então, significa que a taxa de natalidade, que já era pequena, estava diminuindo, agora é que vai zerar. Então, eu quero saber quem é a população ativa para sustentar os aposentados.

Então, eu conheço um pouco do trabalho do governador. A Bahia tem que se sentir honrada por ter um governador como Rui Costa, que no momento está na China, procurando investimentos para este estado pobre, o 20º dos 27 estados do Brasil. A arrecadação da Bahia, proporcionalmente, é menor do que a de Sergipe, talvez muitos não saibam.

Então, por isso... Porque, aqui, eu ouvi outro deputado falar: “Cadê os 4 bilhões que o governador disse, fez propaganda, que economizou?” São esses 4 bilhões

que estão dando sustentação para que todos os dias da semana ele vá ao interior entregar uma obra de água, entregar uma estrada, entregar as policlínicas, como daqui a poucos dias estarão sendo entregues a de Senhor do Bonfim e a de Jacobina, pelo que a maioria dos baianos daquelas regiões e de outras que já foram inauguradas não vai precisar mais se dirigir aos hospitais de Salvador, que estão superlotados, para fazer uma tomografia, para fazer uma ressonância magnética, e esperar depois 30, 60 dias...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para obter o resultado, quando não tem mais valor.

Então, a Bahia já deu! A Bahia já deu o seu aprovo ao governador quando lhe deu, Srs. Deputados, em muitas cidades, 90%, 80% de aprovação.

Tem erros? Tem. Mas eu tenho a certeza absoluta de que, no momento que o Brasil atravessa e que a Bahia atravessa, poucos fariam e construiriam o que ele está construindo aqui, neste grande estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Diego Coronel): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, a deputada Kátia.

O Sr. PRESIDENTE (Diego Coronel): Com a palavra a deputada Kátia Oliveira, pelo tempo de 10 minutos.

A Sr.^a KÁTIA OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados aqui presentes, senhores que nos assistem, quero saudar em especial os vereadores da cidade de Simões Filho, que estão aqui, prestigiando esta Casa (palmas nas Galerias), e saudar todos que estão nos assistindo.

Enfim, quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui neste novo dia, nesta tribuna, para falar aquilo que está no meu coração, aquilo que presenciei, presenciei. Eu não só ouvi os noticiários, eu presenciei, eu estive lá, em especial na cidade de Simões Filho.

Eu quero me solidarizar com todos os baianos, em especial com os que moram, os que residem nas cidades que foram acometidas por fortes chuvas e tiveram várias famílias desabrigadas, desalojadas, em especial a cidade de Simões Filho, na qual resido, tenho família, e por quem fui eleita com a maioria dos votos para estar aqui, nesta Casa.

Presenciei, senhoras e senhores, *in loco* o sofrimento das pessoas. Foram famílias desabrigadas, famílias desalojadas, deputada Fabíola. E eu estava lá, dando apoio a essas famílias, a essas comunidades, juntamente com o prefeito Dinha, um prefeito presente, um prefeito que olha as dificuldades de frente. E enfrenta juntamente, também, com vários deputados, vários vereadores que aqui estão, que acompanharam de perto, dando apoio a essas famílias.

Então, eu quero, aqui, me solidarizar, porque eu estive lá presente, vi o sofrimento. E não é a primeira vez, senhoras e senhores, que isso acontece na nossa cidade. Infelizmente, não é a primeira vez. E o prefeito Dinha há 2 anos e 4 meses tem feito muito por aquela cidade. Em tão pouco tempo tem feito tantas coisas!

E eu quero, aqui, solicitar aos nobres colegas deputados que nos unamos, independentemente de situações partidárias, independentemente de qualquer situação

política, para requerer ao governador do estado da Bahia que tome medidas, medidas efetivas, para que essas cidades que foram acometidas pelas chuvas, com famílias sofridas, sejam olhadas com carinho especial e que possa atender às demandas dessa população.

Mas eu não posso sair desta tribuna, senhoras e senhores, sem falar, sem desmitificar o pronunciamento feito por V. Ex.^a, que aqui está presente, o deputado estadual Eduardo Alencar, ex-prefeito da cidade de Simões Filho. Pronunciamento esse que não foi lastreado na verdade, pronunciamento esse com muitas frases desconstruídas. E uma delas é quando ele diz que o prefeito Dinha, em seu pronunciamento, falou que não fez processo de licitação, que a empresa não está lá, fazendo serviço de limpeza de canais, por conta das dívidas que o atual deputado estadual deixou naquele município. Isso não é verdade!

O prefeito Dinha, em seu pronunciamento, pelo contrário, falou, sim, que fez serviço de limpeza de canal no ano passado, e está comprovado, que continua fazendo este ano e continuará fazendo até o seu último ano de mandato, porque entende a necessidade do município de Simões Filho. Em nenhum momento ele fez esse pronunciamento.

Na verdade, V. Ex.^a, deputado Eduardo Alencar, eu não queria estar aqui num momento difícil para a cidade da qual V. Ex.^a foi prefeito por quatro mandatos. Aliás, eu posso dizer que V. Ex.^a tem duas décadas lá, naquela cidade, porque foi vereador também por 4 anos, por um mandato.

E eu não queria estar aqui, nesta tribuna, discutindo quem fez, quem não fez, como é que deixou, como é que está. Eu gostaria, V. Ex.^a, de que, neste momento difícil que o povo de Simões Filho enfrenta, que V. Ex.^a estivesse, aqui, unido com a deputada Kátia Oliveira e aproveitasse a sua estrutura de poder político, que V. Ex.^a sempre teve... Hoje, como deputado, mas como prefeito, esse tinha presidente da República, esse tinha governador do estado, vários deputados estaduais e federais, tinha um irmão que por um período foi vice-governador, governador por um período, secretário de Infraestrutura e senador! Senador esse que teve 30 mil votos na cidade de Simões Filho, que tem mais de R\$ 90 milhões em emendas!

E eu pergunto a V. Ex.^a, deputado Eduardo Alencar, e a todos que estão aqui presentes e estão me vendo: qual foi a emenda destinada para a cidade de Simões Filho pelo Sr. Otto Alencar, senador da República? Eu posso responder: nenhum real, nenhum real de emenda para a cidade de Simões Filho.

Então, eu queria estar aqui... Mesmo com esse passado sombrio de V. Ex.^a à frente da cidade de Simões Filho, V. Ex.^a teve uma nova oportunidade de estar aqui, representando o povo de Simões Filho, de estar aqui, representando a Bahia, de tirar proveito, mesmo que tardio, dessa estrutura de poder que ainda tem.

Mas o seu pronunciamento V. Ex.^a pautou em três palavras, palavras essas que vou repetir: pagamento, verdade e presença.

Eu quero dizer que pagamentos foi e é que o prefeito Dinha tem feito na cidade de Simões Filho. Não só pagamentos da gestão dele, mas muitos pagamentos da gestão de V. Ex.^a, Eduardo Alencar. V. Ex.^a sabe disso? Pagamento a começar quando ele assumiu em janeiro, quando teve que pagar a sua folha de pagamento de dezembro do

servidor público do município e uma parte do 13º. E V. Ex.^a sabe disso. Os vereadores estão aqui e são conscientes, inclusive vereadores da base, que fazem parte de sua liderança, sabem disso, que isso é verdade.

Então, por falar em pagamentos, pagamentos de fornecedores, pagamentos a instituições sérias como a igreja católica, como as igrejas evangélicas onde funcionavam as escolas públicas do município. Foi 1 ano que V. Ex.^a deixou lá sem pagar a essa instituição, e o prefeito Dinha pagou.

Endividamento com a Embasa, com a Oi, com o INSS, com a Coelba, com a Receita Federal; endividamento que pulou de R\$ 90 milhões para R\$ 350 milhões, que foi a dívida que V. Ex.^a deixou ao município de Simões Filho. Diminuiu R\$ 100 milhões porque o prefeito Dinha está pagando! Diminuiu R\$ 100 milhões porque o prefeito Dinha está pagando!

E não adianta V. Ex.^a dizer que isso não é verdade porque vereadores, inclusive vereadores que fazem parte de sua liderança, ex-vereadores, aprovaram o projeto de lei. Ou seja, reconheceram a dívida e autorizaram o prefeito atual a pagar uma dívida que foi sua.

E eu poderia citar, falar muitas e muitas dívidas, mas não terei tempo para isso, não terei tempo para isso.

Mas isso não impediu o prefeito Dinha de continuar trabalhando por aquela cidade, fazendo obra de infraestrutura que V. Ex.^a deveria ter feito em 16 anos, em 8 anos, e não fez. A gente não pode creditar um problema que existe há muito tempo a um prefeito que está apenas há 2 anos e 4 meses, mas ele não está fugindo de nenhuma responsabilidade, não.

E verdade! A verdade é que V. Ex.^a deixou o nome do município sujo, sujo, sem poder contrair nenhum crédito junto às instituições financeiras, junto à União, junto ao governo estadual. Isso é muito sério! A gente não pode, simplesmente, esquecer tudo que V. Ex.^a... o passado nocivo, o passado omissivo de V. Ex.^a que o povo de Simões Filho, hoje, está pagando.

Então, não adianta vir a esta tribuna e querer mostrar uma coisa que o povo lá sabe que não é verdade, que o povo está vivenciando lá.

Uma outra verdade é que no mandato, na gestão do hoje deputado Eduardo Alencar Simões Filho amargava o pior índice de homicídios no Brasil. Isso é uma verdade!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

O Sr.^a KÁTIA OLIVEIRA: Já vou concluir.

Isso é uma verdade!

E que...

Já vou concluir, Sr. Presidente.

(...) tem baixado drasticamente de acordo às políticas públicas efetivas que o prefeito Dinha tem feito com as mulheres, com os jovens, dando apoio às entidades, às instituições.

Mas eu quero, Sr. Presidente... Vou finalizar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada, deputada... Eu pediria...

Um minuto só. V. Ex.^a vai concluir. Eu pediria só, porque aqui a Casa é de vocês, mas, pelo Regimento, não pode a participação de quem está nas Galerias.

A briga de Simões Filho se resolve em Simões Filho. Daqui a poucos dias tem outra eleição. (Palmas nas Galerias.)

Para concluir, deputada.

A Sr.^a KÁTIA OLIVEIRA: Eu já vou finalizar, Excelência.

Sr. Presidente, quero agradecer, mas eu quero dizer, eu quero fazer uma observação: nesse alagamento que houve na cidade de Simões Filho, desta vez nenhuma rua ficou interditada, nenhuma rua ficou interditada. Coisa que acontecia e muito. E muito.

Eu trouxe aqui, V. Ex.^a... eu posso entregar ao deputado, caso ele tenha interesse. Durante 2 anos, de 2012 a 2014, o prefeito Eduardo Alencar, à época gastou lá com obras de limpeza de canais R\$ 4 milhões e 500 mil...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada, deputada...

É porque tem o tempo das outras...

A Sr.^a KÁTIA OLIVEIRA: Perdão, só finalizando... prometo.

E, agora, o prefeito Dinha, em 2 anos e 4 meses, gastou, investiu em limpeza de canais uma média de R\$ 1 milhão e 500 mil, e não houve... os alagamentos, não foi da forma como era na gestão dele. E é bom deixar isso claro.

Só para finalizar, Sr. Presidente, quero, aqui, dizer que nos anos de 2012 a 2014, quando o deputado Eduardo Alencar era o prefeito, ele gastou no município quase R\$ 5 milhões. Mesmo assim, em 2015 ele decretou estado de emergência naquela cidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas nas Galerias.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PR/Avante/Podemos/PSB, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, por todo o tempo, e com a generosidade que V. Ex.^a teve, vai falar o deputado Eduardo Alencar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Eduardo Alencar, pelo tempo de 10 minutos.

(Palmas e gritos nas Galerias.)

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Meus amigos e amigas...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O Regimento é para todos. O Regimento... Eu pedi... O Regimento é para todos, tanto faz para prefeita como...

Deputado Eduardo, eu pediria que... não pode bater palmas, vaiar, porque atrapalha, está bem?

Queria a compreensão de vocês. Daqui a pouco tempo, em outubro, a gente resolve esse problema lá. (Palmas nas Galerias.)

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, o presidente está muito rigoroso com o nosso povo. O que é isso, presidente? Tenha calma.

Mas gostaria de saudar os vereadores aqui presentes, as vereadoras, os vereadores de Simões Filho que estão aqui, todos amigos. Aí tem um ex... meu vice-prefeito. Enfim.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, são 10 minutos.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Enfim, acho que...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes) Deputado Eduardo. Deputado Eduardo, 1 minuto só.

São 10 minutos. Por favor, marquem o tempo.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: A briga política... mas não existe a briga pessoal, porque a briga pessoal não faz bem a ninguém, nem a mim nem a nenhum de nós aqui, como deputados. E hoje, como deputado... fui vereador, fui prefeito daquela cidade quatro vezes daquela cidade.

Nunca vim a esta tribuna, desde quando sou deputado, para citar nem o nome de Simões Filho. Nunca citei! Infelizmente, aconteceu no último fim de semana um imprevisto, quando uma chuva muito forte caiu na Região Metropolitana, da qual falei ontem. Essa chuva alagou diversos bairros da cidade, como Goés Calmon, Parque Continental, Campo do Vasco, enfim, diversas áreas foram atingidas.

Falei aqui baseado em um vídeo que o prefeito divulgou na Internet, no qual ele dizia que não deu tempo de fazer a limpeza dos canais porque as obras não foram contratadas e, naturalmente, não foram iniciadas. Esse vídeo rodou toda a cidade de Simões Filho.

Consultando o Tribunal de Contas dos Municípios, TCM, mandei imprimir as obras que estavam sendo realizadas no município de Simões Filho. Para minha surpresa, foram feitos pagamentos, nos dias 4/5/2018 e 16/10/2018 – outubro foi o mês da eleição, não foi? Não lembro se esses pagamentos foram feitos antes ou depois da eleição –, no valor de 1 milhão e 350 mil reais para limpeza de canal.

Passei para o ano de 2019 achando que não ia ter nenhum pagamento de limpeza de canal, mas, para minha surpresa, lá estava registrado o empenho, no dia 2/1/2019, do pagamento de R\$ 505.297,00; no dia 2/1/2019 também foram pagos mais R\$ 51 mil de limpeza de canal; e no dia 20/2/2019 foram pagos R\$ 57.082,00 de limpeza de canal, perfazendo um total de mais de 1 milhão e 800 mil reais de limpeza de canal em menos de 1 ano.

Foi esse o meu questionamento. Se limpou o canal ou não, não estou acusando aqui, mas as pessoas que estavam lá sofrendo com os canais dizem que todos os canais estavam entupidos. Não estou acusando e dizendo que não limpou; estou dizendo que pagou. Mas ele disse no vídeo que está rodando em Simões Filho que não deu tempo para fazer a limpeza dos canais, porque não tinha o contrato, não tinha não sei o quê. Na verdade, não houve a limpeza dos canais como ele se referiu.

E hoje pela manhã eu vi máquinas tentando limpar os canais. Não vão conseguir, porque o terreno está muito encharcado. Agora, se ele limpou ou não os canais, os vereadores e o povo de Simões Filho terão de dizer se isso aconteceu ou não.

Quero dizer à deputada Kátia Oliveira, quando ela se refere à minha administração, que sou muito honesto em dizer que tive acertos e erros. Naturalmente, foram quatro mandatos de luta, de muito trabalho, quando mais de 80%, meu Líder Rosenberg, da cidade foram reconstruídos por mim. Quando fui prefeito pela primeira vez...

(As Galerias se manifestam.)

(...) reconstruí a educação, saúde, a infraestrutura.

Ela falou que gastei 4 milhões em canais. É verdade. Fiz o canal da Elmo Serejo Farias, fiz e reconstruí; fiz o canal do Campo do Vasco, e nunca mais tinha tido enchente. Quem mora no Campo do Vasco ou próximo sabe que desde que foi feita a deliberação do canal, aquele que fica ali na rodagem da Assembleia de Deus – que eu dava manutenção todos os anos –, nunca mais tinha tido enchente lá.

Fui prefeito durante esses anos todos, chovia muito, mas sempre limpava os canais do município de Simões Filho. Por isso, nunca havia enchente, por exemplo, em Góes Calmon como está tendo agora. No Parque Continental houve em 2009 e 2010, mas, após a construção dos canais, desapareceram as enchentes. Eu mantinha constantemente os canais de Simões Filho limpos.

Todos os canais foram feitos com recursos próprios. Não tomei empréstimo do governo federal, não tomei do governo estadual, nem houve emenda de bancada de nenhum deputado federal nem de nenhum senador. Jamais! Era com recurso próprio que eu fazia, porque sabia que aquela obra era necessária, importante para o município de Simões Filho.

E assim foi feito em toda a minha vida. Agora, falar para mim e para os deputados aqui presentes que eu deixei a cidade numa situação difícil... Deixei devendo ao INSS, mas todos os municípios da Bahia, e talvez do Brasil, têm dívida com o INSS, tanto que foi feito parcelamento, o Refis. No final do governo Temer, todos os municípios aderiram a esse Refis.

Deve ter ficado algum saldo do INSS? Ficou, mas recebi também da época do ex-prefeito Edson Almeida. Renegocieei e paguei. Nunca fui à tribuna da Câmara de Vereadores dizer que Edson Almeida nem outros prefeitos deixaram dívida. E as dívidas do INSS não foram da minha época, não. Foram dívidas da época de Jonga Simões, de Eduardo Simões, de Mamede de Oliveira, que deixaram dívida. Olhem o extrato do INSS, está lá o período dessa dívida.

Também diz que eu deixei dívida com fornecedores. Como é que eu posso ter deixado dívida com os fornecedores, e ter as minhas contas aprovadas, como diz o art. 42? Esse artigo diz que a dívida deixada pelo município tem que ser compatível ou menor do que o saldo deixado em caixa.

E assim foi feito, tanto que minhas contas foram aprovadas pela Câmara de Vereadores. Tem aqui o ex-prefeito Zé Cocá, que sabe que você não pode deixar uma dívida maior do que você deixar em caixa. Todos nós sabemos disso. Fala que eu deixei

dívidas com os fornecedores, mas deixei a folha de pagamento empenhada para pagar, com dinheiro em caixa...

(As Galerias se manifestam.)

(...) V. Ex.^a puxe o extrato da Prefeitura de Simões Filho e traga aqui para provar.

Inclusive, minha querida deputada, tem o presidente da Câmara aqui, que foi num programa de rádio de Roque Santos, que é pago para falar mal de mim. Adoro quando gente ruim fala mal de mim. Adoro! Pois bem, o presidente da Câmara de Vereadores disse que ia me convocar. Não precisa me convocar, não. Marca só a data, presidente, para eu ir lá mostrar quem foi que deixou a dívida, presidente. Marque só a data, marque só a data, porque você é pau-mandado do prefeito. Você sabe disso.

Agora, eu quero dizer, deputado, que quem pega um município ruim, quem pega um município falido, quem pega um município devendo, quem pega um município em estado de emergência, não gasta R\$ 7 milhões em propaganda...

(As Galerias se manifestam.)

(...) Todos os processos de pagamento estão aqui. Não diga que é mentira nem sacuda a cabeça! Aqui estão todos os processos de pagamento de propaganda. Tudo está no TCM, qualquer um pode puxar e solicitar.

Vocês, vereadores, entrem no e-TCM, escrevam “propaganda” e botem o nome das empresas. Por exemplo, coloquem a empresa UPP Publicidade, botem lá UPP, vocês vão ficar doidos com tanto processo de pagamento. Procurem ver lá! Vereadores, é mentira minha? Não é mentira, não. Para ser mais preciso, são 7 milhões, 15 mil e 351 reais.

Deixei a Prefeitura endividada?! É estranho, porque com R\$ 7 milhões o prefeito faria quase todos os canais de Simões Filho. Repito, quase todos os canais de Simões Filho seriam feitos com R\$ 7 milhões, tendo em vista que eu fiz a grande maioria dos canais com R\$ 4 milhões.

Mas ele gastou R\$ 7 milhões em propaganda. E tem ainda a coincidência de essa propaganda ter sido feita em período eleitoral, com pagamentos em período eleitoral. Isso deixa suspeita nos pagamentos que estão acontecendo.

Eu gostaria de dizer a V. Ex.^a que eu não tinha nenhuma intenção de estar aqui hoje discutindo essa questão, de forma alguma. E todos os deputados presentes...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) são testemunha disso. Nunca pronunciei nada aqui sobre a administração de seu marido. Deixei que ele administrasse. Não estou fazendo o que ele fez comigo, quando não me deixava trabalhar em época nenhuma, fazendo denúncias, denúncias. E a maioria dessas denúncias já foram arquivadas.

Sr. Presidente, 1 minutinho só.

Fui auditado por todos os órgãos de controle, e até hoje não acharam nada que venha desabonar a minha conduta. Vou lutar até o final para provar que sou um homem sério, trabalhador. Vou mostrar que Simões Filho agora tem hospital, tem educação, realizações feitas pelas mãos de Eduardo Alencar, deputado que hoje está falando para vocês aqui.

O povo de Simões Filho, a nossa cidade, pois me sinto filho de lá, me absolveu. Fui vereador, fui quatro vezes prefeito, sou amigo de todos, tenho um carinho especial por todas aquelas pessoas. É uma cidade que tenho respeito e admiração.

Falei e repeti aqui...

O Sr. Zé Cocá: Meu líder, você pode me conceder um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O tempo, Zé Cocá, já...

O Sr. Zé Cocá: Somente 10 segundos. Não vou falar mais que isso.

Quero parabenizá-lo, Eduardo. Conheço a sua história de vida...

(As Galerias se manifestam.)

(...) pois gosto de pesquisar a vida de homens públicos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado...

O Sr. Zé Cocá: Um homem para ter exercido quatro mandatos de prefeito em uma cidade como Simões Filho, altamente complexa, e terminar esses mandatos com as contas em dia...

O Sr. Targino Machado: Presidente...

O Sr. Zé Cocá: (...) está de parabéns. Você tem os meus parabéns por ser o grande gestor que é.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Presidente, eu gostaria de dizer que é um momento ímpar este que eu estou tendo aqui...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, já foi concedido o tempo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, por favor. Calma, calma. Deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Quando concederam 5 minutos em vez de 10...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, deputado Targino...

O Sr. Targino Machado: (...) já tinham sido gastos 30 segundos. Mandaram colocar os 10, que foram colocados. Agora, dar ensejo a manifestação política no plenário, é complicado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Targino, V. Ex.^a...

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Mas foi uma acusação que ela fez a mim. Espero que V. Ex.^a compreenda.

Repito, tive quatro mandatos de prefeito, fui vereador, e sempre andei e ando de cabeça erguida, pois sou querido pelo povo de Simões Filho....

(As Galerias se manifestam.)

(...) Quero dizer a todos vocês, deputados, que não tenho nem nunca tive as minhas contas bloqueadas, na medida em que nunca conseguiram achar nada que viesse a desabonar a minha conduta. E isso é difícil, hoje, para um homem público.

Por 16 anos fui prefeito da cidade de Simões Filho, Região Metropolitana, e sempre andei, repito, de cabeça erguida; minhas contas não estão bloqueadas. O esposo

dela foi por 6 meses secretário de Administração de Simões Filho e as contas dele foram bloqueadas pela Justiça...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Então não venha me acusar.

Mas foi boa essa provocação, sabe por quê, Sr. Presidente? Porque o deputado Targino está toda hora dizendo que aqui não tinha quórum, mas agora obrigou a deputada a vir dar a presença neste momento.

(As Galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Senhores...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, gostaria de solicitar de V. Ex.^a o mesmo rigor com as manifestações da plateia que V. Ex.^a teve quando estava na tribuna a deputada Kátia.

V. Ex.^a não está dando um tratamento equânime...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Targino...

O Sr. Targino Machado: Olha, eu não quero entrar no mérito. Até acho, Excelência, que esses assuntos precisam ser tratados na esfera da Câmara Municipal de Simões Filho. Isso aqui não é Câmara Municipal. Repito, acho que esses assuntos precisam ser tratados lá, pois considero que isso não faz bem ao Poder Legislativo estadual. Isso tensiona, traz tensão na convivência no plenário. Gostando ou não, temos de conviver aqui com os colegas durante 4 anos, pelo menos. Então, acho que isso precisa ser evitado, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Targino, V. Ex.^a, assim como todos os deputados, sabe da minha conduta, sou tolerante com todos. A deputada ultrapassou o tempo; se marcaram os 5 minutos, é um problema da Liderança. Não fui eu que concedeu 5 ou 10 minutos ao deputado Eduardo Alencar, foi o Líder Rosenberg. V. Ex.^a sabe que todos os deputados – não tenho rigidez nenhuma –, às vezes, ultrapassam o tempo, quando alguém tem um assunto a mais. Não tem problema, até porque não vejo motivo para nos apegarmos ao Regimento completamente. Trato todo mundo da mesma forma. Está bom?

Concordo com V. Ex.^a que assuntos municipais devem ser tratados no município, mas é perdoável. Estão começando, infelizmente, outras eleições e aí os ânimos começam a esquentar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Falarão a deputada Fabíola e o deputado Bobô, respectivamente, por 5 e 6 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, subo a esta tribuna para trazer o nosso testemunho sobre a atuação da Comissão de

Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, que num espaço bem curto, menos de uma semana, tem trabalhado muito.

Nesse sentido, quero saudar o deputado Rosemberg, que é membro titular, o deputado Jacó, o deputado Hilton Coelho, que tem tido uma participação qualificada. E aí é importante dizer que fizemos uma grande audiência, sugerida por esta deputada e pelos deputados Jacó, Fátima Nunes, Olívia e Marcelino, sobre educação de povos indígenas, quando garantimos a fala de representações de diversas etnias e também recebemos os pleitos não só de melhoria da infraestrutura das escolas indígenas, das estradas, das escolas, como também da questão remuneratória de professores dessas escolas.

Por outro lado, eu, o deputado Rosemberg e o deputado Hilton, recentemente, estivemos também defendemos as universidades estaduais, tentando mediar, junto com o Fórum das ADs, o diálogo com o governo do estado, nas suas pautas. Encontramos um movimento em greve há pouco mais de 1 mês. Entendendo os motivos de parte a parte, nos comprometemos a fazer essa interlocução. Existe uma série de tratativas que reconhecemos como legítimas.

Recebemos o Fórum das ADs das quatro estaduais – UESB, UEFS, UESC e Uneb, na sua multicampia –, garantindo a parte que o governo já prometeu, que é enviar a esta Casa 36 milhões para investimentos em infraestrutura, com quase 19 milhões em promoções. Existem outros pleitos justos de reposição salarial inflacionária, de mudanças do decreto que garante o transporte público, mas ainda tem o limite de quilometragem. Os docentes querem, efetivamente, que isso seja modificado. Em relação à insalubridade já há a promessa do governo de, nos casos específicos, avançar nesse quesito, como também no que diz respeito à desvinculação vaga/classe, que é a promoção dos professores, que hoje está represada.

Outra reivindicação se refere à mudança do Estatuto do Magistério, que esta Casa, em dezembro, aprovou, inclusive, com o meu voto. Infelizmente, a gente faz a leitura, deputado Hilton, de questões que são mandadas para cá, mas não há a discussão plena, o debate pleno com aqueles que vão ser impactados por mudanças, e assim muitas vezes a gente causa injustiças. Reconheço isso e deixo aqui o nosso compromisso de não mais modificar, pelo menos com o nosso voto, esse Estatuto do Magistério sem discussão.

E quero reconhecer aqui, deputado Rosemberg, a sua Liderança nessas tratativas. Também quero reconhecer a liderança do Fórum das ADs, através de André Uzêda, e da Comissão de Educação, que entrou para intermediar, para auxiliar. E também devo reconhecer a abertura do diálogo pelo governo do estado; ontem, os representantes foram recebidos pela secretária Cibele, quando levaram todos os seus pleitos.

Obviamente, vamos tratar de alguns desses pleitos, dentro das possibilidades; outros irão para uma mesa permanente de negociação, Sr. Presidente, já autorizada pelo governo Rui Costa, que fará toda a diferença. Então, acreditamos que avançaremos a partir da concessão de alguns desses pleitos – que são pautas centrais do movimento dos docentes – e dessa mesa permanente de negociação, que é um diferencial para que a gente possa progredir ainda mais.

Também quero dizer que estive na audiência em defesa das universidades federais, promovida pela deputada Olívia Santana. E reafirmo o nosso compromisso, deputado Rosemberg, em defesa da universidade pública de qualidade, vindo nas estaduais muita importância para a formação dos baianos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Quero ainda destacar a grande sessão que tivemos pela patrimonialização das matrizes do forró e pela rediscussão da Lei da Zabumba. Foi uma sessão extremamente rica, cheia de zabumbeiros, de forrozeiros, de cantores e compositores, na qual reafirmamos o nosso compromisso com a cultura. Reafirmamos o nosso compromisso com a cultura do Nordeste através do forró, que hoje é patrimônio...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do Brasil e patrimônio da humanidade. Então precisa ter desta Casa a atenção devida, para que assim a gente possa, além de ter orgulho de ser forrozeiro, criar novas oportunidades culturais para os nossos forrozeiros...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) que são a tradição do nosso Nordeste. Terminamos a sessão com o hino do forró...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) *Asa Branca*, cantado por todos os forrozeiros. Foi um momento histórico que, tenho certeza, marcará esta Casa.

Obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo restante, o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Boa tarde, Sr. Presidente, deputados, deputadas, eu gostaria de fazer um comentário – e agradecimento ao mesmo tempo – e uma reflexão, chamando a atenção do secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas.

Começo agradecendo a assinatura, recentemente, de um convênio – fruto de uma luta de quase 1 ano – para que a gente possa confirmar e consolidar o investimento de R\$ 816 mil em passagens molhadas, lá no município de Senhor do Bonfim. Evidentemente, esse investimento vai resolver os problemas que temos em 11 comunidades da nossa região. Aí vai o agradecimento ao secretário Marcus Cavalcanti e ao nosso querido governador Rui Costa.

Também quero fazer um segundo agradecimento ao secretário da SDR, Josias Gomes, e ao Dr. Wilson Dias, da CAR, pela assinatura de um convênio para a limpeza da primeira barragem de Senhor do Bonfim, uma barragem simbólica e importante. Essa limpeza, que custará um pouco mais de R\$ 100 mil, permitirá que a gente possa, de uma vez por todas, colocar em pleno vapor essa barragem.

Esses dois convênios totalizam um pouco mais de 1 milhão e 17 mil reais. Fica aqui o meu agradecimento aos dois secretários e ao governador.

Mas quero chamar atenção para um problema relacionado à Policlínica Regional de Senhor do Bonfim. O deputado Adolfo, que está aqui, participou de uma reunião com o secretário. Externo a todos uma preocupação não apenas do Território do Piemonte Norte, mas também do Sisal, já que esse benefício se estenderá a 12 municípios que compõem o Consórcio de Saúde.

Não foi fácil fazer a composição e juntar 350 mil pessoas para que a gente pudesse ter essa Policlínica Regional de Senhor do Bonfim. Quando o governador esteve em Senhor do Bonfim, juntamente com o secretário, e fez a apresentação dessa policlínica, ele colocou que, além dos investimentos em torno de R\$ 22 milhões, R\$ 24 milhões, nós teríamos cerca de 18 procedimentos e equipamentos importantes para o nosso Território.

Obviamente, a primeira parte física já está praticamente pronta. Há até a perspectiva de a gente fazer a inauguração dessa policlínica agora na segunda quinzena do mês de julho. Mas ficou a preocupação com relação a um dos equipamentos que toda a população que compõe o Consórcio de Saúde daquele Território considera fundamental e crucial.

Refiro-me ao que nos disse o secretário Fábio há cerca de 15 dias, um pouquinho antes de viajar para o exterior acompanhando o governador: nós não teríamos lá, nessa policlínica, a ressonância magnética. O secretário tentou nos explicar tecnicamente – e a gente entendeu tecnicamente –, mas não foi exatamente esse o compromisso que o governo teve conosco quando esteve lá em Senhor do Bonfim e Território.

Não foi fácil juntar 12 prefeitos e convencê-los a fazer parte desse consórcio, cujo presidente é o prefeito de Senhor do Bonfim, Carlos Brasileiro, que deixou de ser presidente do Consórcio de Infraestrutura para assumir a responsabilidade do Consórcio de Saúde, acreditando, obviamente, que teríamos todos os procedimentos nessa policlínica.

Fica aqui o registro de que na audiência feita com o secretário Fábio, na qual estavam, além de mim, o deputado Adolfo e sete prefeitos, ele insistiu que não haveria necessidade de colocar um equipamento de um pouco mais de R\$ 4 milhões em Senhor do Bonfim, já que tem em Jacobina e também em Juazeiro.

Ora, para nós não interessa se tem em Jacobina ou Juazeiro, até porque já fazemos os exames nessas cidades – mais em Juazeiro do que em Jacobina. O que nos interessa é ter esse equipamento em Senhor do Bonfim, para servir a 350 mil pessoas que irão se beneficiar da ressonância magnética.

Espero, juntamente com os demais prefeitos que compõem esse Consórcio de Saúde e com os deputados que pediram ao governador uma audiência – não é isso, Adolfo? –, que a gente possa conversar com o governador e que ele tome a decisão, extremamente importante, de a Policlínica Regional de Senhor do Bonfim também ter esse equipamento tão necessário para a saúde da nossa população.

O secretário tentou nos convencer, mas não convenceu absolutamente ninguém, até porque não é apenas uma questão técnica. É um tema que tem a ver com o compromisso político. Estamos tratando de um número significativo da população baiana...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que teria de se deslocar um pouco mais de 150, 120, 100 quilômetros para fazer esse exame em Jacobina ou em Juazeiro.

Então vamos aguardar o nosso querido governador para termos essa audiência, juntamente com o Consórcio do Piemonte Norte do Itapicuru, com o Consórcio de Saúde Regional, para que ele possa reafirmar esse compromisso que assumiu lá conosco, revertendo essa decisão técnica do secretário Fábio.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer um agradecimento a Antônio Martins Fernandes Neto. Acabei de receber o livro que retrata a história do futebol de Juazeiro: *Futebol de Juazeiro, um século de glória e tradição*, escrito por Antônio Martins, que é escritor, radialista e professor. Uma figura ímpar, muito conceituada na cidade de Juazeiro.

Quero agradecer a meu amigo e irmão deputado Zó, que trouxe esse grande presente para mim, com a dedicatória de Antônio Martins. Valeu!

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não sei se já foi feito o registro, mas esta presidência gostaria de registrar e saudar a escolha da nossa Irmã Dulce como santa. Foi autorizado o processo de canonização pelo papa, o que engrandece a Bahia e os baianos, deputado Targino. Sem dúvida alguma, o nosso anjo bom da Bahia agora é o anjo de todo o mundo, para a alegria da Bahia e dos baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, falarão pelo DEM os deputados José de Arimateia e Targino Machado, respectivamente, por 5 e 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao deputado José de Arimateia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, *TV ALBA*, boa tarde a todos que nos assistem, quero hoje salientar, como defensor incansável da boa saúde pública em nosso estado, que apoio incondicionalmente o Maio Amarelo.

Gostaria, Sr. Presidente, de ler aqui alguns dados importantes: (lê) “Neste mês de conscientização pela segurança no trânsito, faço aqui um alerta. No mais recente relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a situação da segurança viária no mundo, baseado em dados de 2010, o Brasil ocupava o 4º lugar no ranking do número de mortes no trânsito no mundo.

Além da perda de vidas, um estudo sobre o custo gerado pelos acidentes de trânsito, realizado pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), mostra que, somente no ano de 2015, o problema gerou uma despesa de R\$ 52,2 bilhões ao

Brasil. Somente na Bahia, os acidentes oneraram o estado em quase R\$ 3,5 milhões em 2014.

Para se ter uma noção melhor, dados levantados ainda pelo OSNV indicam que cada brasileiro desembolsou R\$ 255,69 ao longo do ano de 2015 com acidentes de trânsito, lembrando que os gastos com hospitais, médicos, infraestrutura, medicamentos, pronto-atendimento, entre outros, são pagos através de impostos pelo povo.

Recurso este que deixou de ser investido em melhorias diversas por causa dos acidentes de trânsito que poderiam ser evitados. Está mais do que claro que os acidentes de trânsito são, sim, uma questão de saúde pública.

Sr. Presidente, na Bahia, em 2015, só as mortes por acidentes de motocicleta somaram 650 casos; e 655 pessoas foram a óbito, liderando o *ranking* junto com as mortes causadas por acidentes de automóveis.

Pensando em situações como essas, desde o ano de 2013, eu apresentei este Projeto de Lei n.º 20.365 que institui a semana estadual de prevenção aos acidentes de moto no estado da Bahia. Lamentavelmente, até o momento, este projeto de lei, ainda, tramita nesta Casa.

Diante de todos os dados preocupantes expostos, peço, aqui, neste momento, aos Srs. Deputados, a sensibilidade para dar a celeridade necessária a esta tramitação tão urgente e importante para o nosso estado.”

E, aqui, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é um projeto que, apenas, faz com que o governo do estado faça um trabalho de conscientização e de prevenção.

Esta Casa já tem aprovado vários projetos dos Srs. Deputados. Só que o governo, quando chega a data daquele projeto que é uma campanha de conscientização, o governo do estado, que era para dar, pelos menos, uma atenção constitucional, porque é lei, o governo não faz. O governo faz que não existe.

Então, Sr. Presidente, eu quero, aqui, mais uma vez, pedir, aos Srs. Deputados, olhar com urgência para este Projeto de Lei n.º 20.365 que cria a semana estadual de prevenção aos acidentes de moto na Bahia, a fim de que o mesmo seja aprovado para o bem da saúde pública e para o governo investir mais na saúde da população.

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Além do mais, enquanto este projeto não é aprovado, vidas estão sendo ceifadas.

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Osni Cardoso Lula da Silva): Pelo tempo restante, concedo a palavra ao deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deputada Fabíola, nós temos de caminhar juntos para, de forma *ad eternum*, sermos amigos do líder, porque ser inimigo dele é um perigo. (Risos)

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu quero, inicialmente, lamentar que estava presidindo a sessão o nobre presidente de direito, o jovem brilhante Alex Lima. E não sei se por coincidência ou não, na hora da minha fala, ele se ausentou da cadeira que lhe cabe, aliás, tão bem. Amanhã, farei uma visita, com muito orgulho, ao gabinete da presidência, como fizemos, ontem, ao governador em exercício.

Mas, Sr. Presidente, eu vejo, com espanto, as críticas endereçadas, deputado Hilton, ao presidente Jair Bolsonaro. Não defendo, até porque acho que esse moço é aloprado. Nele, votei porque foi a circunstância que me restou: votar nele. Mas, também, acho que ele não precisa mais de inimigos, porque ele já tem três dentro de casa mais um tal de Olavo. Esses quatro já bastam. Não há palácio presidencial que resista aos inimigos dele.

No tocante ao contingenciamento das verbas para a educação, eu não sou, literalmente, contra e nem a favor, plebiscitariamente, de nada, até porque precisa-se fazer uma avaliação do que pode ou não.

Agora, eu assisti, aqui, no pé do palanque, a fala de S. Ex.^a, o governador Rui Costa, quando fez um juramento solene nesta Casa – deputado Zé Raimundo, V. Ex.^a aqui estava – de que este governo, segundo o governo dele, seria um governo voltado para investimentos em educação. Isso foi fato.

Quero dizer que, ao mesmo tempo em que V. Ex.^{as}, os deputados da Bancada do Governo, criticam os cortes das verbas nas universidades federais promovido pelo presidente Jair Bolsonaro, o governador da Bahia, Rui Costa, redimensionou o Orçamento das universidades estaduais, congelou salários e enfrenta uma greve de professores que completou 1 mês.

Em 2017-2018, o governo baiano deixou de aplicar 110 milhões, diferença entre o valor orçado e empenhado nas quatro universidades estaduais baianas, numa diferença de 4,2%. E fica todo mundo silente, caladinho, obediente.

Se levados em conta só os recursos com os custeios voltados para manutenção, o Orçamento chegou a ter redução de até 27,8% do previsto. O maior corte no custeio aconteceu na UEFS, cujo volume de recursos caiu de 65,9 milhões para 47,7 milhões em 2018. Na Uneb, maior das quatro estaduais baianas, a queda foi de 14,4% do Orçamento inicial para custeio que era de 119,2 milhões e caiu para 102 milhões em 2018.

Novamente, a Bancada do Governo fica com os olhos voltados para Brasília e para Bolsonaro, esquece que o inimigo está hospedado mais perto. O inimigo da educação está hospedado mais perto e em outro palácio, que não é o Palácio da Alvorada, mas é o Palácio de Ondina.

As restrições orçamentárias atingem manutenção, custeio de terceirizadas, desenvolvimento de pesquisa e atividades de extensão afetando cerca de 60 mil estudantes.

“Os impactos não são diferentes ao anunciado para todas as universidades públicas do país”, afirma Evandro do Nascimento, reitor da UESF. Agora, alguns membros da bancada colocam o último citado como inimigo do PT, inimigo de Rui Costa. E ele é o coordenador do Fórum de Reitores das Universidades Estaduais da Bahia. Ele afirma que as reitorias têm atuado de forma responsável na gestão dos recursos, mas destaca que, ainda assim, tiveram de cancelar contratos e têm dificuldades de pagar os fornecedores em dia. Estudantes e funcionários se queixam das deficiências no *campus*.

Quanto à UESF, por exemplo, a parca iluminação preocupa quem frequenta o *campus* à noite e restringe o funcionamento de alguns prédios. Um exemplo é o Museu Casa do Sertão que possui o valioso acervo de documentos. Esse prédio deveria encerrar as atividades às 18 horas e tem fechado uma hora mais cedo. Os servidores já foram assaltados e temem cruzar o *campus* depois do pôr do sol.

Para ser regimental, Excelência, eu quero encerrar a minha fala e, ao mesmo tempo, convidar os senhores para discutir esta temática. Vamos tirar os olhos de Bolsonaro. O pobre do Bolsonaro está pequenininho já. Ele chegou tão grande como Sassá Mutema na novela *O Salvador da Pátria* e já foi apequenado.

Nós precisamos, agora, discutir os problemas que estão mais perto de nós: a educação na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Por 6 minutos, falará o deputado Jacó e, por mais 6 minutos, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas, deputados, deputadas, pessoal da *TV Alba*, pessoal da imprensa, mais uma vez, queria, desta tribuna, saudar o povo de Seabra, pois esta cidade completa 130 anos hoje, 14 de maio. A capital da Chapada é uma cidade linda, de povo acolhedor e tanto tem ajudado no desenvolvimento do nosso estado.

E eu quero saudar o povo de Seabra em nome de Sr. Osvaldo, em nome de Geisa, em nome de Tim, presidente do sindicato; em nome de Edilson, liderança quilombola; e em nome de todas as associações comunitárias daquele município.

Queria, também, fazer uma convocação, porque, amanhã, é dia das ruas, dia da defesa da educação, da defesa da democracia e pela denúncia desta malfadada reforma da Previdência. Amanhã pela manhã, estaremos todos, lá, no Campo Grande reforçando esta luta em defesa das universidades e da educação.

(Lê) “Sr. Presidente, diante de um cenário nacional de crise econômica e política, é preciso usarmos esta tribuna, a fim de levarmos a nossa atenção aos gestores e as gestoras que têm conseguido driblar todas essas dificuldades.

Trago, hoje, o exemplo da prefeita Moema Gramacho, em Lauro de Freitas, pois, além de sofrer com a crise, ela tem recebido ataques diários de opositores que, de alguma forma, participaram da administração anterior, a da prefeita, ao promoverem um verdadeiro desmonte deixando um rastro de destruição e abandono.

A administração da prefeita Moema tem conseguido muitos avanços. Como se não bastasse tudo que ainda tem de ser feito, a prefeita está tendo de realizar obras de recuperação ou reconstrução de equipamentos deixados por ela em 2012 em pleno funcionamento ou em estágio de obras avançadas, pois os mesmos foram abandonados pela gestão do ex-prefeito.

Desde o início da gestão, a prefeita realizou a reforma total da Cozinha Comunitária do Bairro de Itinga, fechada por 4 anos pela gestão anterior; e, hoje, serve mais de 400 refeições por dia; do Restaurante Popular que, atualmente, serve 3 mil refeições ao custo de R\$ 2,00 cada; além das reformas do Banco de Alimentos e da Central de Merenda Escolar.

Minha gente, a prefeita Moema, também, garantiu a recuperação da piscina semiolímpica de Itinga, deixada pronta em 2012, mas nunca foi colocada em funcionamento pela gestão anterior, o que comprometeu a sua estrutura. O equipamento foi entregue pela nossa guerreira e prefeita Moema, completamente, recuperado e com novo vestiário no último 1º de maio, Dia do Trabalhador.

Também, foram realizadas as reformas do auditório do centro afro originário de Mãe Mirinha de Portão; da Casa do Trabalhador para implantação do Sine Bahia; do Balcão de Justiça e Cidadania de Itinga; do Hospital Jorge Novis, que também ganhou um novo aparelho de raio X digital; de postos de saúde por todo o município, antes abandonados e agora já reabertos; do Estádio Municipal de Itinga; do Ginásio Municipal de Esportes e pista de *skate*, além da retomada das obras do Mercado Municipal do centro da cidade, iniciadas em 2012 e paralisadas pelo ex-prefeito; e a entrega de uma nova unidade Escola Príncipe da Paz, já em funcionamento no bairro do Cajá.

Vejam, Sr.^{as} Deputados, Srs. Deputados, que, até aqui, citei, apenas, reformas ou reconstruções de equipamentos abandonados pelo antigo gestor. No entanto, novas obras estão sendo realizadas pela nossa Moema, a lutadora, com intervenções que já tinham recursos garantidos pela prefeita em 2012, devidamente contratados junto à Caixa Econômica Federal, e que não haviam sido executados pelo antigo gestor.”

Passaram-se 4 anos para Moema voltar, a fim de tirar as obras do papel.

(Lê) “Entre 2017 e 2018, a prefeita conseguiu resgatar boa parte destes recursos, o que garantiu a pavimentação de diversas ruas do município e a drenagem de canais.

Também, estão sendo construídos o Centro de Iniciação ao Esporte, em Areia Branca, e o PAC 3000, Praça de Esporte e Cultura na Itinga, um espaço com teatro, CRAS, infocentro, pista de skate, quadra poliesportiva, academia e salão de eventos.

Outras iniciativas, também, foram ou estão sendo realizadas com recursos próprios ou contrapartidas como a contenção de encostas; 19 áreas de lazer em praças novas ou revitalizadas; ampliação do sistema de vídeo monitoramento de segurança; a

finalização do projeto executivo da nova orla de Ipitanga, pendente apenas de autorização da justiça para ser licitada.

E, ainda, há a reforma e a adequação do novo Centro Administrativo de Lauro de Freitas, o CALF, que reunirá todas as secretarias do governo municipal. Tal construção vai melhorar o acesso da população aos serviços oferecidos pela prefeitura.

Chamo a atenção, ainda para outras grandes obras da Moema, esta pequena guerreira, realizadas pelo governo do estado em parceria com a prefeitura municipal. Como exemplo, há a chegada do metrô. Esta é uma grande obra. Este modal viário vai se somar ao novo sistema de transporte municipal já em fase final de estudos para a licitação. Tal obra será o divisor de águas na história de mobilidade urbana de Lauro de Freitas.

Ainda fruto das parcerias do município com o governo do estado, está sendo construído o Hospital Metropolitano de Lauro de Freitas, com mais de 60% das obras concluídas. O equipamento funcionará no bairro do Capelão e contará com 265 leitos, 30 leitos de UTI, 8 salas de centro cirúrgico, 8 salas de ambulatório, 30 leitos para atendimento de pessoas que sofrido AVC e serviços clínicos diversos.

Após o início das atividades, o atual Hospital Geral Menandro de Faria será transformado em maternidade municipal, funcionando, também, como hospital materno infantil.”

Vou parar por aqui.

Quero parabenizar a prefeita Moema pelo seu trabalho. Moema, você é uma guerreira e sofre tanta perseguição daqueles e daquelas que lutam e que são daquela política do quanto pior melhor.

Estamos juntos, Moema, nesta caminhada!

Lula livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pelo tempo restante, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, colegas, deputados, deputadas, neste breve expediente, melhor, nesta breve intervenção, eu gostaria de trazer os meus cumprimentos e os meus parabéns aos amigos e aos companheiros de Maetinga, pois, no último dia 9, completou 34 anos de fundação.

Aproveitando este ensejo, eu abraço e cumprimento o prefeito Edcarlos, o vice-prefeito Armênio, os vereadores da base do governo e, também, os demais, porque se trata do Poder Legislativo, representação popular daquele município.

Deixo os meus cumprimentos aos meus amigos e companheiros: o Lio, ex-vereador e secretário; a companheira Andreia, presidente do meu Partido dos Trabalhadores. Quero desejar sucesso ao prefeito Edcarlos, do PT, cada vez mais na medida em que ele vem fazendo uma grande administração; sucesso para o povo de Maetinga.

Nesta mesma oportunidade, Sr. Presidente, quero, também, cumprimentar e abraçar os amigos de Condeúba pela passagem de 158 anos de emancipação política, data comemorada e completada, hoje, no dia 14.

Também, nesta oportunidade, abraço e cumprimento o ex-prefeito Guto, meu amigo, companheiro do nosso partido; o presidente da Câmara de Vereadores, o companheiro Maurílio; os vereadores Silvano e Conceição; a professora Ângela e, também, Zé Marques.

Em nome deles, eu cumprimento todos os dirigentes das associações do movimento sindical, da educação, enfim, daqueles segmentos que têm uma referência na história de Condeúba, um grande município que exerceu um papel estratégico no processo de evolução da Serra Geral.

Trago, também, o meu abraço pela passagem da emancipação dos 179 anos de Palmas de Monte Alto a ser comemorado no dia 19. Cumprimento o prefeito e companheiro Manoel Rubens; a nossa amiga e vereadora Adenusia do PT; os companheiros Carlos Porto, Moacyr Badaró, Tião, dona Selma e Dr. Giovane.

Todos esses municípios têm recebido o apoio do nosso mandato e do companheiro Waldenor Pereira. São administrações que honram a boa política e têm tido o apoio do nosso governador, o governador Rui Costa.

Para concluir, Sr. Presidente, esta nossa fala, quero dizer que temos andado em toda a região do Sudoeste da Bahia e da Serra Geral. Eu, o companheiro Waldenor, muitas lideranças, vereadores, dirigentes partidários, sindicalistas temos andado, de quinta-feira a domingo, em reuniões, em plenárias, em caminhadas, em panfletagens nas ruas, nas feiras, mostrando, para o povo sertanejo, esta reforma como uma verdadeira destruição da Previdência, pois vai criar uma profunda desigualdade, ou melhor, vai aumentar, profundamente, as desigualdades já existentes neste País.

Por isso, amanhã, 15 de maio e, depois, em 15 de junho, o Brasil vai dar uma resposta, qual seja, a resposta pela manutenção das instituições de solidariedade humana, que é efetivamente a Previdência Social, além de outras políticas públicas embutidas na política de seguridade social, pois esse é um conceito mais amplo.

Quanto a este governo Bolsonaro, é uma coisa que ninguém imaginava no Brasil, pois é um verdadeiro momento do surrealismo na política brasileira. E este governo vem destruindo.

Por isso, a nossa firmeza e a nossa resistência com os companheiros da região, como outros deputados de outros partidos, não só do PT, pois todos têm se manifestado contra a reforma da Previdência Social.

Por isso, eu quero dizer à Bahia que estaremos, eu e Waldenor, com os nossos companheiros do mandato, nossos parceiros, prefeitos, vice-prefeitos, lideranças sindicais, trabalhando e mobilizando para resistir à tentativa de destruir uma das maiores conquistas sociais deste país que é a Previdência Social, presidente.

Por isso, quero dizer o seguinte.

Vamos à luta!

Lula livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Requeiro a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 120 minutos com o objetivo de apreciar as matérias da Ordem do Dia.

Os Srs. Deputados que aprovam a prorrogação da presente sessão permaneçam como estão. (Pausa) Aprovada a prorrogação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, não. Esta é uma comunicação inadiável. Eu queria fazer esta comunicação usando o art. 33 do Regimento, só para ser justo.

Eu quero anunciar ao presidente, depois de uma conversa aqui com o deputado Targino, a retirada do requerimento de urgência para a gente poder colocar a matéria na próxima terça-feira, às 10h30, através de debate nas comissões.

Tanto os deputados Alan e Targino como os demais deputados, todos nós sabemos da importância de construir um debate mais interessante sobre esse projeto que está aqui e que diz respeito à parte de “consorciamento” na área de saneamento dos municípios.

Então, a ideia é esta. Eu estou retirando o requerimento de urgência. Nós vamos ler, apenas, o projeto. Tem o projeto do IPRAJ que nós vamos votar agora. Certamente, nós vamos ler o outro projeto. Não sei se a oposição vai pedir vista ou não. Aí, depende muito deles.

Mas eu queria aproveitar este momento, pelo tempo da comunicação, para, Sr. Presidente, deixar registrado com relação... O deputado Bobô sabe do que estou falando. Na realidade, deixo registrado que nós temos de tomar alguns cuidados com relação a determinados juízes, porque, às vezes, eles extrapolam o seu papel de mediador e de cumpridor da legislação.

Como envolve o Legislativo de Senhor do Bonfim, sem entrar no mérito se a pessoa está correta ou não, mas o juiz Teomar Almeida, de Senhor do Bonfim, tomou uma decisão, extremamente, acima do que deveria ao colocar, deputado Targino, duas prisões preventivas para o determinado vereador e o manda prender. Ele entra com um pedido de *habeas corpus* e o desembargador concede. Mas o juiz decreta uma outra prisão preventiva, o que impede a execução do feito.

Sabendo ele que o advogado fez uma extensão com relação ao processo, ele, ontem, por uma decisão pessoal, impõe, para a liberação, uma fiança, extremamente, acima da possibilidade da pessoa. Ele, pessoalmente, foi ao local da prisão para dizer que o desembargador não tinha poder para mandar fazer a soltura daquela pessoa. Pessoalmente, ele foi exigir que se transferisse imediatamente para o presídio da cidade de Juazeiro para criar um constrangimento maior ao parlamentar.

Sem entrar no mérito se ele está certo ou está errado, mas não tem nenhuma justificativa as prisões preventivas decretadas, tanto que o desembargador mudou de posição e liberou. E só agora, desde quinta-feira, essa luta... Tanto que a decisão do

desembargador remete a sua decisão para o corregedor, uma vez que o próprio desembargador entende que houve excesso.

Então, eu queria dizer que esse tipo de procedimento não ajuda o Poder Judiciário. Me parece que é uma certa ansiedade de constranger um parlamentar, a exemplo do que aconteceu na cidade de Senhor do Bonfim.

Eu fiz questão de deixar registrado esse fato, porque tudo que vai de encontro ao Parlamento... Faço questão de deixar claro: não estou entrando no mérito do que está certo ou está errado. O inquérito estava concluído. Além do que ele toma uma decisão de uma prisão preventiva numa ação de 2013, onde o autor, que era o Ministério Público, estava inocentando a pessoa. Ou seja, é uma tentativa, na definição concreta, de perseguir uma pessoa neste momento.

Então eu queria deixar registrado este procedimento.

Quero dizer que está convocada... Vou solicitar a comissão conjunta, na próxima terça-feira, às 10h30 da manhã, para analisarmos o projeto que vem em caráter de urgência.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu, inicialmente, quero dizer ao deputado Rosemberg, em meu nome e em nome da bancada, especialmente em nome do deputado Alan que participou da conversa e o deputado Tiago Correia, que entendemos que precisamos, neste período legislativo, encerrar uma prática recorrente nesta Casa que é dar o *bypass* nas comissões ao votar, sempre e de forma recorrente, matérias em regime de urgência.

Fizemos o pleito a V. Ex.^a. Eu, também, sou contra o uso sistemático das reuniões conjuntas das comissões. Mas disse a V. Ex.^a que por pior que seja a reunião das comissões conjuntas, ao invés de fazê-lo isoladamente, porque amplia-se a discussão em várias comissões, mas seria melhor este comportamento de V. Ex.^a do que trazer essa matéria aqui, que é uma matéria importante, sem as discussões nas comissões. E prometi a V. Ex.^a que vou fazer o esforço. Estarei presente lá para evitar a derrubada da sessão ou a eventual ausência de quórum aqui ou ali.

Assim me comporto, Excelência, não por gentileza, não por aceno a V. Ex.^a ou a quem quer que seja, mas por um aceno que precisa ser constante ao Poder Legislativo, a esta Casa.

Nós precisamos fazer todos os gestos à população baiana para resgatarmos a imagem deste Parlamento. Este é o meu desiderato nesta Casa. Tenho contado com o apoio de V. Ex.^a. Tenho contado, de forma especial, com o apoio do presidente e deputado Nelson Leal. E, com fé em Deus, ao fim do nosso mister, chegaremos a um porto seguro.

Com respeito ao testemunho que V. Ex.^a deu aqui a respeito das prisões dos parlamentares de Senhor do Bonfim, eu quero dizer a V. Ex.^a, também, sem entrar no mérito, porque não poderia, porque não conheço, mas eu já me posicionei nesta Casa em tempos pretéritos ao me colocar contra essa emissão dessa ordem de prisão de juiz

de primeira instância, de forma monocrática, contra alguém que foi votado e tem um mandato concedido pelo povo.

Eu sou contra esse tipo de prisão, deputado Bobô, aconteça onde acontecer, até mesmo que eles atinjam adversários políticos meus. Digo isso porque não é possível que um juiz de primeira instância tenha mais poder naquela cidade para decidir, para julgar alguma coisa do que a vontade majoritária da população.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Pelo adiantado da nossa sessão e na ausência dos tempos partidários eu queria nesta questão de ordem fazer uma reflexão com os deputados e deputadas aqui desta Casa. É sobre as comissões aqui da Assembleia.

Eu tenho percebido, hoje percebi mais ainda a dificuldade no andamento dos trabalhos da comissão e acho que a Mesa Diretora junto com os dois líderes, nós precisamos repensar o que fazer. Na Comissão de Saúde hoje, tivemos uma dificuldade pela terceira vez consecutiva de abri-la, eu estou usando o exemplo apenas da Comissão de Saúde, mas isso para mim é praticamente para quase todas as 16.

O deputado Eduardo Alencar me confidenciou na Comissão de Saúde que até hoje ele não conseguiu fazer uma sessão. Deputado Rosenberg, sua atenção, por favor! Não conseguiu fazer uma sessão na Comissão Especial de Barragens.

Eu entendo que os deputados e deputadas têm diversas atividades, diversas ocupações e por alguns momentos não podem estar na Assembleia e nas comissões, mas eu acho que a gente tem que repensar de que forma isso vai ser feito, até substituir aqueles que podem ficar na Assembleia Legislativa nos horários das comissões. O que não pode acontecer, deputado Rosenberg, deputado Targino, deputado Alex, que preside a Assembleia nestes momentos, é ficar do jeito que está. Alguns deputados que querem e precisam das comissões para trabalhar, para desempenhar as suas funções não conseguem, porque precisamos de cinco, seis... Inclusive é um palco ali para que haja o debate de interesses da sociedade bem como de votação dos projetos. A nossa comissão, por exemplo, não conseguiu votar um parecer, já estamos em maio e não votamos um parecer.

Então, por isso que esta Casa fica reclamando que nós não trazemos projetos, mas as comissões precisam funcionar, começou muito bem mas agora o negócio desandou e só com a presença e a participação dos dois líderes, da Mesa Diretora e do presidente da Casa para que a gente possa ter uma definição e possa dar celeridade nos trabalhos e presença, presença dos deputados nas comissões. Não é possível e não é aceitável que seja dessa forma.

Sr. Presidente, eu queria que V. Ex.^a, claro que entendo o poder de decisão limitada de V. Ex.^a, que faz parte de uma Mesa Diretora, mas acho que esse é um pleito que V. Ex.^a precisa levar para a Mesa Diretora para que não aconteça o que está acontecendo hoje nas comissões aqui da Assembleia Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Ordem do Dia.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Eu já externei a minha opinião ao presidente Nelson Leal, ao líder Rosemberg Pinto a respeito da temática trazida aqui agora pelo deputado Alan Sanches.

Eu não creio em contrato sem penalidade, sem cláusula que penalize as partes. Então, eu acho que precisa notadamente nas comissões ter penalidade para os Srs. Deputados, essa história de porque está no interior, porque está isso... de forma recorrente isso, então peça aos líderes para ser substituído.

Todo mundo quer fazer parte da comissão. Agora, não quer ajudar a Casa? Eu não estou aqui para defender colega que em vez de ajudar o Parlamento queira atrapalhar.

Eu me solidarizo com o deputado Alan Sanches, porque, me solidarizando com ele, estou me solidarizando com a Casa. E vou propor ao deputado Rosemberg e ao deputado Nelson Leal que possamos fazer, deputado Alex, na próxima semana, uma reunião do Colégio de Líderes junto com o colégio de presidentes das comissões, que vai ser uma reunião antecipada, para que não se diga que é uma medida truculenta, autoritária. Mas eu defendo é o corte nos salários. Tem que doer no bolso. De outra forma não vamos resolver esse problema.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Darei a questão de ordem à deputada Fabíola. Antes, quero apenas concordar com os deputados Alan Sanches e Targino. Eu sempre defendo, inclusive, deputado Targino, que esta Casa precisa de mais um dia para funcionamento de comissão. Eu acho que a gente precisa ter mais um dia para o debate nas comissões. Acho que V. Ex.^a tem razão, o deputado Alan tem razão, esta Casa precisa ter mais tempo para o debate, que é o local apropriado.

O Sr. Targino Machado: Se a comissão não funciona, o projeto não chega aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): O projeto não chega. O lugar da discussão temática, técnica... É a discussão para ser feita nas próprias comissões mesmo.

Questão de ordem da deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, eu quero me associar às palavras do deputado Alan Sanches e as do deputado Targino. Em que pese a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia ser uma comissão sempre com quórum – nós somos a comissão com 100% de quórum, desde fevereiro, e que estão encaminhados os pareceres para votação, projetos para pareceres, uma comissão extremamente atuante –, na Comissão de Saúde, apesar de termos uma dificuldade de quórum, não temos projetos. Mas eu queria aqui, deputado Targino e nosso Líder Rosemberg, dizer que temos projetos de nossa autoria que estão ainda represados na CCJ e em outras comissões temáticas.

Muitas vezes, aqui, nós pedimos dispensa de formalidades para os líderes da Maioria e da Minoria exatamente porque não conseguimos ver os projetos andando nas comissões, deputado Targino.

Eu vou dar um exemplo para V. Ex.^{as}: nós temos aqui um projeto de nossa autoria que é para a obrigatoriedade de desfibriladores externos automáticos, os DEAs, em espaços públicos de grande circulação, acima de 1.500 pessoas, como *ferryboats*, rodoviárias, aeroportos. Esse projeto tem 3 anos tramitando, não passou ainda na CCJ. Não passou ainda na CCJ! E, mesmo assim, já tivemos sete óbitos dentro do *ferryboat*. Sete, deputado Marcelo Veiga. Porque as operadoras, as concessionárias dizem simplesmente que, legalmente, não estão obrigadas a ter um desfibrilador externo automático.

Quero lembrar que são projetos muitas vezes de necessidade, de urgência e de aplicabilidade para o bem público, como é o caso dos DEAs. E nós não tivemos a felicidade, até porque tem projetos a serem apensados, deputado Targino, não tivemos a felicidade.

Na semana passada, uma senhora foi a óbito. A cada mês nós temos um óbito dentro do *ferryboat*. E nós – esta Casa, que tem a responsabilidade de legislar sobre matérias importantes nas diversas áreas – não tivemos essa oportunidade.

Então eu quero pedir aos Líderes da Maioria e da Minoria e ao Colégio de Líderes que observem também os projetos que estão tramitando sem votação na CCJ, para que cada deputado possa escolher o projeto e trazê-lo para cá, conservando-se a relevância do projeto, um projeto que pode ser não polêmico. Enfim, o critério que for estabelecido, porque no caso do DEA é um absurdo. Quero aqui registrar o nosso protesto, porque é um projeto tramitando nesta Casa de nossa autoria, aliás, há três projetos aqui e que não conseguem passar da CCJ para seu encaminhamento para votação.

Então, eu peço que nessa reunião de Colégio de Líderes, deputado Targino, que esse assunto possa ser debatido, que projetos prioritários de deputados possam ser encaminhados para a votação na CCJ ou que se peça dispensa de formalidade a partir de algum critério seja ou não polêmico ou de utilidade pública.

E quero aqui dizer que concordo totalmente em algum tipo de penalidade para deputados titulares das comissões se façam ausentes, inviabilizando, inclusive, o quórum, porque muitas vezes se quer votar, mas não há quórum de votação das matérias.

Então, eu concordo, acho que nós deveríamos conversar com o nosso presidente Nelson Leal, deputado Targino, para que a gente estabeleça algum tipo de punição para, efetivamente, acelerar os trabalhos da Casa nas comissões e os projetos originários de deputados possam ser votados aqui, matérias possam ser discutidas e, efetivamente, os baianos possam ser contemplados com a produtividade aumentada de projetos de deputados e não só os projetos do Executivo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Em votação. Parecer...

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a já colocou em votação?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Em votação agora, na Ordem do Dia...

O Sr. Targino Machado: ...qual o projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Projeto de Lei nº 23.100/2019 que autoriza o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça a realizar permuta de bens imóveis, na forma que indica. Foi pedido vista na sessão passada pelo deputado Alan Sanches.

O Sr. Targino Machado: Solicito a V. Ex.^a uma verificação de quórum de votação, antes, porém, avisando aos Srs. Deputados de Oposição que aqui estão, aqueles que não estiverem no plenário, que estiverem no gabinete, por acordo vamos ajudar o quórum. O que não podemos é aprovar nada nesta Casa, contrariando o Regimento, sem pedir verificação de quórum.

Mas como vou encaminhar o voto favorável a este projeto, queria solicitar aos ilustres colegas de bancada que aqui estão presentes, que como eu, deem a presença.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, apesar de já estar sanada essa questão, porque ontem nós discutimos o Regimento e dentro do Regimento está dito que, independente de pedir ou não pedir tem que se marcar o tempo regimental, mas queria aproveitar este momento apenas para referendar essa combinação do deputado Targino de, obviamente, ajudar para que a gente possa votar esse projeto, uma vez que eles votam favoráveis e já pedir a presença de todos os deputados e deputadas aqui na Casa, aqui no plenário para que possamos votar este projeto com o quórum de 32 Srs. Deputados e pedir a V. Ex.^a que faça o chamamento com todas as prerrogativas do presidente da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Defiro as questões de V. Ex.^a. Peço que marquem no painel o tempo regimental, ao tempo que convoco as Sr.^{as} e Srs. Deputados a se fazerem presentes, pois há um pedido de quórum de votação, formulado pelo deputado Targino Machado. Pedir que marquem o tempo de 25 minutos. (Pausa)

Srs. Deputados, eu queria pedir... deputado Targino, eu queria pedir desculpas a V. Ex.^a e ao deputado Rosemberg. Houve um equívoco, aqui, desta Presidência. Eu coloquei em votação o projeto, mas o parecer ainda precisa ser votado no âmbito das comissões. Então, eu queria pedir desculpas a V. Ex.^a, ao deputado Rosemberg e a todos os deputados e deputadas da Casa.

O Sr. Targino Machado: Presidente, desculpas aceitas.

Mas eu queria, aproveitando o clima, solicitar a V. Ex.^a a inversão da pauta. V. Ex.^a lê a ementa do projeto que foi... até porque ele estava sobrestando a pauta. Nada pode ser votado antes dele, não é verdade, Dr. Carlos Machado?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não, é o mesmo projeto. É o da permuta de imóvel. Na verdade, o projeto...

O Sr. Targino Machado: O projeto ao qual foi pedido vista pelo deputado Alan, ele estava sobrestando a pauta, se não me engano.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): É o mesmo.

O Sr. Targino Machado: Não estava, não?

Então, vamos votar aquele projeto da permuta.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Em votação o parecer do relator. Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. **(Parecer apresentado pelo Deputado Vitor Bonfim na Sessão 32ª Sessão Ordinária)**

(Pausa)

Aprovado, no âmbito das comissões.

Em primeira discussão única e votação o Projeto de Lei nº 23.100/2019, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça da Bahia a realizar permuta de bens imóveis, na forma que indica.

Em discussão...

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Agora, verificação de quórum de votação, repetindo o mesmo encaminhamento que fez.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

Peço que marquem, agora, sim, os 25 minutos.

E convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados a marcarem presença, porque há um pedido de quórum de votação formulado pelo deputado Targino Machado.

(Pausa)

Restabelecido o quórum.

Em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 23.100/2019. Sr.^{as} e Srs. deputados que o aprovam permaneçam como estão.

(Pausa)

Aprovado, em primeiro turno.

PROJETO DE LEI Nº 23.100/2019

Autoriza o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça da Bahia a realizar permuta de bens imóveis, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça da Bahia autorizados a permutar os seguintes bens imóveis:

I - de propriedade do Poder Executivo:

a) Almoxarifado - Módulo 1, situado na Avenida Luiz Viana Filho, s/n, Paralela, no Município de Salvador, cadastrado no SIMOV nº 4289;

b) Almoxarifado - Módulo 2, situado na Avenida Luiz Viana Filho, s/n, Paralela, no Município de Salvador, cadastrado no SIMOV nº 7054;

c) Almoxarifado - Módulo 3, situado na Avenida Luiz Viana Filho, s/n, Paralela, no Município de Salvador, cadastrado no SIMOV nº 7055;

II - de propriedade do Tribunal de Justiça da Bahia, situado na Rua das Transportadoras, nº 150009, Centro Industrial de Aratu, CIA Sul, SESFI, Km 18,5, no Município de Simões Filho, registrado perante o Cartório de Imóveis da Comarca de Simões Filho.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, após a permuta, a doar o imóvel referido no inciso II do *caput* do art. 1º desta Lei à Fundação Baiana de Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos - BAHIAFARMA.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 23.191/2019, de procedência do Poder Executivo, o qual autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia - Baneb e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese ou à Agência de e Fomento do Estado da Bahia, Desenbahia.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para relatar a matéria, designo o ilustre deputado de Coração de Maria e de toda a Bahia, Diego Coronel.

O Sr. DIEGO CORONEL: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.191/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEb e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA.’*

A proposição que ora passo a analisar, de autoria do Poder Executivo, visa obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para que possa, o Governo do Estado, proceder a repactuação de dívidas de operações de créditos contratadas por pessoas físicas ou jurídicas junto ao extinto BANEb e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico e à DESENBAHIA, possibilitando assim ‘o

adimplimento de créditos de difícil recuperação, diminuindo os custos da Administração com cobranças judiciais, devolvendo aos mutuários a condição de adimplência e, conseqüentemente, a possibilidade de contratar novos créditos para novos investimentos’, conforme registra a Mensagem do Sr. Governador.

O projeto estabelece as condições para quitação dos débitos pelos mutuários, prevendo o pagamento com redução do valor do principal da dívida de forma escalonada, com abatimentos que vão desde 20%, no caso de dívidas superiores a R\$ 1.000.000,00, até 60%, no caso de saldo devedor de R\$ 100.000,00 e menos. Estabelece também o prazo para pagamento parcelado (24 meses), com juros de 15% ao ano, calculado pelo sistema da Tabela PRICE, e o prazo de 12 meses para adesão dos interessados.

Trata-se, portanto, de medida de relevante interesse para a Administração, bem como para aqueles mutuários em inadimplência, que poderão reverter a sua situação e vir a contratar novos créditos.

A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria da Bancada da Oposição, propondo a ampliação do prazo para pagamento parcelado, de 24 para 48 meses, bem como a redução dos juros, de 15% para 12% ao ano, e ainda a ampliação, de 12 para 24 meses, do prazo para adesão dos mutuários interessados na repactuação.

Opino pela rejeição da emenda, uma vez que as alterações propostas ao projeto original pela Bancada da Oposição culminam em óbice à efetivação do objeto da referida Proposição. Destarte, e tendo em vista o conteúdo da Emenda de Relator a seguir proposta, a emenda deve ser rejeitada.

Emenda de Relator: Altere-se a redação do caput do art. 5º do Projeto de Lei nº 23.191/2019, da seguinte forma:

‘Art. 5º - Fica estabelecido o prazo de 04 (quatro) meses para adesão dos interessados aos benefícios previstos nesta Lei, contado da data da sua publicação.

.....’ NR)

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo alterar o caput do art. 5º do Projeto de Lei nº 23.191/2019, atualizando o prazo para adesão dos interessados aos benefícios previstos no Projeto de Lei.

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como pelo seu caráter altamente meritório, opino pela aprovação com as modificações introduzidas pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2019.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Em votação o parecer do relator.

O Sr. Paulo Câmara: Gostaria de solicitar vista ao projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedida vista ao deputado Paulo Câmara, na forma regimental.

O Sr. Paulo Câmara: Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Convoco uma sessão extraordinária, 1 minuto após o encerramento desta, para votação, em segundo turno, do Projeto de Lei 23.100/2019, de procedência do Poder Executivo.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.